Log-In Logística Intermodal S.A.

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 (Em milhares de reais, exceto valores por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A., (a "Log-In" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Avenida General Justo nº 375, 6º Andar, Centro. CEP 20031-130, Estado do Rio de Janeiro, e está registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

A Log-In e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") são uma operadora logística que tem como objeto principal o comércio de serviços marítimo de cabotagem, longo curso (MERCOSUL) e fluvial no transporte de cargas em geral; operar terminais terrestres e portuários. A Companhia oferece soluções integradas (*one stop shop*), para movimentação portuária e transporte de contêineres porta-a-porta, por meio marítimo, complementado pela ponta rodoviária, bem como pela armazenagem de carga através de terminais intermodais terrestres, além de transporte marítimo de granel.

As controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são:

	% de participação	Sede da	
Controladas e coligada:	e de capital votante	entidade	Atividade principal
TVV-Terminal de Vila Velha S.A.	99,90	Brasil	Portuária e armazenagem
Log-In Mercosur S.R.L.	94,00	(*) Argentina	Apoio portuário
Log-In International GmbH	100,00	Áustria	Logística
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	100,00	Uruguai	Apoio portuário
(*) Os outros 6% são detidos pela Log-In	Internodal Del Uruguay	S.A.	

A Companhia possui quatro navios próprios em operação e mais três navios em construção junto a estaleiro brasileiro (cinco navios próprios em operação e mais quatro em construção em 31 de dezembro de 2015). Em 2016, um navio foi entregue pelo estaleiro, e dois navios que estavam em operação foram vendidos (Nota 12).

A Companhia detém o controle acionário do Terminal de Vila Velha S.A. – TVV, o qual possui o contrato de concessão dos berços 203, 204 e 205 do Cais de Capuaba no porto de Vitória – ES para a exploração portuária, por um período de 25 anos, iniciado em 10 de setembro de 1998, que poderá ser prorrogado, de comum acordo, por prazo igual ao originalmente contratado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$63.001 e de R\$37.410 na controladora, respectivamente. Com a reestruturação das dívidas repactuadas junto às instituições financeiras, conforme mencionada na Nota 29 adiante, a Companhia voltou a apresentar seu capital circulante líquido, consolidado e controladora, de forma positiva.

Relativamente aos Contratos de Financiamentos Mediante Abertura de Crédito (Nota 14), a Companhia obteve junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDES (Decisão nº Dir. 743, de 14 de dezembro de 2016), bem como das instituições financeiras Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., a dispensa do cumprimento de cláusulas de desempenho financeiro relativo ao exercício social de 2016, quais sejam: *índice de cobertura da dívida não inferior a 1,3 e índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) maior ou igual a 25%.* Considerando o teor da referida Decisão Dir. 743, a Log-In voltou a classificar os referidos financiamentos contratados junto ao BNDES/FMM no "passivo não circulante", refletindo a previsão contratual, a expectativa da Administração da Companhia e o cronograma de desembolsos relacionado ao fluxo de pagamento de suas

obrigações junto ao BNDES. Conforme mencionado na Nota 14, a medição dos *covenants* é apurada ao final de cada exercício.

Em decorrência da situação de dificuldades financeiras que atravessa o seu fornecedor Estaleiro Ilha S.A. ("EISA"), tendo inclusive apresentado pedido de Recuperação Judicial em 15 de dezembro de 2015, com o deferimento do pedido pelo judiciário em 29 de janeiro de 2016, a Log-ln aguarda a apresentação do plano de retomada das obras de construção de suas embarcações pelo EISA, para seguir com a avaliação dos eventuais impactos operacionais e financeiros. Paralelamente, a Log-ln, com suporte de assessores especializados, avalia medidas que visam preservar os interesses da Companhia e planos alternativos para conclusão dos 3 (três) navios em construção no estaleiro.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião de 16 de março de 2017.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são as seguintes:

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, pela Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

2.2. Consolidação

Incluem na elaboração da consolidação as operações da Companhia e das suas empresas controladas (Nota 1).

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é

transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em "R\$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Variações monetárias e cambiais" no Resultado financeiro.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio média mensal a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações.
- iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de acumulados de conversão".

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa abordo de embarcações, fundo rotativo, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Ativos financeiros

3.3.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes e por alienação de direitos contratuais, e de partes relacionadas", "Fundo da Marinha Mercante – AFRMM" e "Seguros a receber".

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía derivativos com operações de *bunker* em aberto, conforme reportado na Nota 24.

3.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos

custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no Resultado Financeiro.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3.3 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor:
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria:
- iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- .mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- .condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge.

O Grupo não adota a contabilidade de hedge accounting.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hegde* estão divulgados na Nota 24.4. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hegde* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização do *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas) líquidos", quando for o caso.

3.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

3.6 Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais, e de credores por adiantamento

Adiantamentos a fornecedores e agentes multimodais representam os valores a receber decorrentes dos adiantamentos e encontros de contas, no atendimento das embarcações e do modal rodoviário em operação pela Companhia, para posterior liquidação. Credores por adiantamento representam os valores recebidos pela Companhia, pagos pelos clientes por força contratual, a título de antecipação de serviços de transportes ainda não realizados. São incluídos

também nessa rubrica os adiantamentos efetuados a agentes relativos à prestação de serviços portuários e rodoviários da Companhia.

3.7 Estoques

Os estoques representam os combustíveis a bordo das embarcações e materiais de consumo aplicado na prestação das atividades operacionais da Companhia. São avaliados pelo custo médio de aquisição, que não ultrapassa o seu valor líquido realizável.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, e os encargos relativos aos financiamentos para construção de embarcações são capitalizados durante o período de construção das respectivas embarcações, ajustados pelo efeito da aplicação do CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, quando for o caso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, e quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Os custos de reparos e manutenções, exceto de docagem que são capitalizados e amoritzados em cinco anos, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Taxa anual de	Vida útil
Descrição	depreciação	estimada (ano)
Embarcações (navios)	5%	20
Edificações e instalações	2% a 10%	10
Máquinas e equipamentos	7%	10 - 15
Móveis e utensílios e benfeitorias		
em imóveis locados de terceiros	10%	10
Equipamentos de processamentos de dados		
veículos, benfeitorias em embarcações próprias e		
de terceiros e outros bens	20%	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.9 Intangível

No ativo intangível são registrados os gastos com aquisição de softwares e marcas e patentes registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Taxa anual de	Vida útil
Descrição	depreciação	estimada (ano)
Softwares	20%	5
Concessões portuárias	4%	25

As concessões de serviço público, decorrente do contrato de exploração portuária da controlada TVV são registradas como intangível. As amortizações são reconhecidas pelo método linear no resultado baseando-se no prazo de concessão conforme estipulado em contrato.

3.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

3.12 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

3.13 Provisões operacionais

As provisões referem-se às estimativas de gastos operacionais, compostas basicamente por provisões para custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, bem como para gastos extraordinários com desmobilização de ativos.

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

3.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.15 Plano complementar de aposentadoria – Plano misto benefício VALE MAIS

A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

3.16 Remuneração com base em ações da Companhia

Os planos de remuneração baseado em ações para empregados da Companhia são mensurados periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios e metas, de acordo com os referidos planos. A Companhia constitui o passivo de seus planos à medida que os serviços são prestados pelos empregados elegíveis (*vest period*). As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado.

3.17 Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM

O benefício do AFRMM aplicável às empresas de navegação marítima encontra-se descrito na Nota nº 5. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante-FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica (Nota 14). Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores aplicados foram utilizados para a amortização de parcelas de financiamentos obtidos junto FMM para a aquisição de embarcações.

3.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.19 Receitas com prestação de serviços intermodais

As receitas com prestações de serviços intermodais são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções, quando aplicável, e reconhecidas no resultado em conformidade com a respectiva prestação de serviços. As receitas provenientes de transporte marítimo de carga geral (graneleiro) são reconhecidas no resultado quando do encerramento de cada viagem, bem como os custos correspondentes.

3.20 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em

relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

3.21 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais (aluguel de embarcações) e, nesse caso, os bens não são ativados. A despesa de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

3.22 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

A atividade empresarial (segmento) da Companhia é centrada em logística intermodal.

Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem.

Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. A Administração da Companhia tem como base para tomada de decisões a intermodalidade dos seus serviços, considerando como um único segmento.

3.23 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e seguindo as disposições contidas no CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, como parte das demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3.24 Normas novas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

.IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos

financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

.IFRS 14 – "Contas regulatórias diferidas" é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações contábeis. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois o Grupo elabora suas demonstrações contábeis com base nas IFRS em vigência.

.IFRS 15 — "Receita de contratos com clientes", em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15. De acordo com este pronunciamento, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IRFS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita, cuja adoção e aplicação é exigida para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 15 e não espera ter impactos na adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

.IFRS 16 – "Operações de arrendamento mercantil" – A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros, segundo a IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

4. JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório:

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.8, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o período corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

4.2 Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é efetuada pela Administração, suportada pelo julgamento dos seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda e, se houver essa avaliação, será feita com menor periodicidade, dentro de cada período.

4.4 Estimativas do valor justo

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- . inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS COMPANHIAS DE NAVEGAÇÃO

O AFRMM é um benefício disponível para todas as empresas brasileiras de navegação, que operam com embarcação própria ou fretada, e é regulamentado pela Lei nº 10.893/2004 e demais legislações específicas aplicáveis ao setor.

A Companhia recebe integralmente a taxa adicional de 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes via Fundo da Marinha Mercante em função de cada transporte que realiza. Esses recursos são restritos e só podem ser utilizados, exclusivamente, na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações. As parcelas do AFRMM são registradas em contas específicas do ativo em contra partida do passivo, no longo prazo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado, à medida em que cumulativamente ocorrem (i) a prestação de serviço de navegação (cabotagem, fluvial e lacustre) executados com embarcação própria ou afretada de registro brasileiro e (ii) os

recursos tenham sido aplicados pela Companhia conforme as condições descritas no parágrafo anterior e registrados pelo Fundo da Marinha Mercante. Esses valores são confrontados com os valores das amortizações de financiamentos obtidos junto ao FMM, e quando aplicável, aos custos e despesas de docagem, correspondentes à geração do incentivo.

Nos exercícios de 2016 e de 2015, a Companhia reconheceu os benefícios do AFRMM quando da amortização de financiamentos vinculados à construção de embarcações, na rubrica "Recursos com subvenção-AFRMM aplicados" no grupo receitas (despesas) operacionais no montante de R\$15.153 (R\$35.208 em 2015) aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM, registrados na rubrica "Recursos com subvenção-AFRMM aplicados" no grupo receitas (despesas) operacionais. Os incentivos gerados que ainda não foram liberados pelo FMM montam R\$138.646 em 2016 (R\$179.695 em 2015), dos quais R\$179.695 (R\$179.695 em 2015) já foram aplicados pela Companhia na amortização de financiamentos junto ao FMM.

O quadro abaixo apresenta a posição da Companhia referente aos recursos junto AFRMM.

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo Circulante - Recursos a receber AFRMM por financiamentos amortizados (*)	61.205	179.695	61.205	179.695
Ativo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	16.477	121	16.477	121
	77.682	179.816	77.682	179.816
Passivo Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	-	-	-	-
Ativo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	77.441	-	77.441	-
Passivo Não Circulante - Fundo da Marinha Mercante-AFRMM a aplicar	-	-	-	-
Demonstração do resultado:	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Receitas (despesas) operacionais:				
.Recursos com subvençao-AFRMM aplicados	15.153	35.208	15.153	35.208
.Recursos com subvençao-AFRMM aplicados - reclassificado para resultado				
mensurado com ativos não circulantes-bens alienados	(4.987)	(4.903)	(4.987)	(4.903)
	10.166	30.305	10.166	30.305

^(*) Montante a receber do FMM/AFRMM aplicado na amortização, com recursos próprios, de financiamaentos obtidos para aquisição de embarcações.

A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 está assim demonstrada:

		Movimentação no período								
	Saldo em			Remuneração	IRRF e encargos	Transferênica	Transferênica	Comissões	Saldo em	
DESCRIÇÃO	31.12.2015	Adições	Liberações	s/aplicação	de IOF	p/C.Corrente	de Longo Prazo	BMDES	31.12.2016	
Valores (créditos) a liberar pelo FMM	179.695	15.079	(56.463)	-	-		335	-	138.646	
Valores liberados a aplicar (saldo)	121	74	56.463	200	(105)	(39.694)	(185)	(397)	16.477	
	179.816	15.153		200	(105)	(39.694)	150	(397)	155.123	
MOVIMENTAÇÃO NO BALANÇO):									
ATIVO:										
ATIVO CIRCULANTE										
.Fundo da Marinha Mercante-AFRMM										
.Parcelas liberadas (saldo)	121	74	56.463	200	(105)	(39.694)	(185)	(397)	16.477	
.Parcelas a liberar (créditos)	179.695	15.079	(56.463)	-			(77.106)		61.205	
	179.816	15.153		200	(105)	(39.694)	(77.291)	(397)	77.682	
ATIVO NÃO CIRCULANTE .Fundo da Marinha Mercante-AFRMM										
.Parcelas a liberar (saldo)		-	-	-	-	-	77.441		77.441	
	-	-		-	-	-	77.441	-	77.441	
	179.816	15.153		200	(105)	(39.694)	150	(397)	155.123	
PASSIVO: PASSIVO CIRCULANTE .Fundo da Marinha Mercante-AFRMM										
.Parcelas liberadas (saldo)		74	56.463	-		(39.694)	(16.446)	(397)		
~		74	56.463	-	<u> </u>	(39.694)	(16.446)	(397)		
PASSIVO NÃO CIRCULANTE										
.Parcelas a liberar (saldo)		15.079	(56.463)	-			41.384			
		15.079	(56.463)				41.384			
		15.153	<u>.</u>	-		(39.694)	24.938	(397)		
MOV IMENTAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO Receitas (despesas) operacionais: .Recursos com subvençao-AFRMM	DO RESULTAD	0:								
aplicados		10.166		-		-			10.166	

Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/2006, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM) não estão sujeitos a tributação, devendo ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício (Nota 19). O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos).

O saldo remanescente das subvenções que não for mantido em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício, esse deverá ocorrer nos exercícios subsequentes.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras podem, a qualquer momento, ser resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate. Todas as aplicações financeiras estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia estão assim compostos:

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e bancos	14.481	13.508	7.461	6.838
Aplicações vinculadas a CDI(*)	46.889	12.090	46.646	11.815
	61.370	25.598	54.107	18.653

(*)Aplicações financeiras em CDB e em Debêntures Compromissadas vinculadas a CDI.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Contas a receber de clientes	136.762	162.478	115.760	136.399
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21.986)	(16.014)	(16.102)	(10.839)
	114.776	146.464	99.658	125.560

Os valores componentes de contas a receber têm o seguinte prazo de recebimento (aging list):

Aging do contas a receber:

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Valores a vencer	82.488	128.840	73.326	109.992
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	16.015	10.000	11.694	9.735
De 31 a 90 dias	6.277	5.275	5.580	4.365
De 91 a 180 dias	9.996	2.349	9.058	1.468
De 181 a 360 dias	5.476	1.299	4.985	803
Acima de 360 dias	16.510	14.715	11.117	10.036
	136.762	162.478	115.760	136.399

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia não possui garantias para esses créditos. Com base na experiência histórica da Companhia, classificamos como crédito de liquidação duvidosa principalmente os créditos vencidos há mais de 180 dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) teve a seguinte movimentação:

		Consolidado	Controladora		
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
Saldos iniciais	(16.014)	(18.694)	(10.840)	(14.140)	
Adições	(6.952)	(605)	(6.242)	1.102	
Baixas em contas a receber	980	3.285	980	2.198	
Saldos finais	(21.986)	(16.014)	(16.102)	(10.840)	

Contas a receber de clientes – não circulante: refere-se a montante de R\$16.749 (R\$15.399, em 2015) classificado no não circulante, refere-se a créditos a receber, registrados pela controlada TVV junto à VALE com obrigações contingenciais (vide Nota 18), amparado por interpretação jurídica do Acordo de Indenização firmado em 23 de março de 2007 com a VALE S.A. pela Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas, anteriormente classificadas como "partes relacionadas", que foram reclassificados para rubrica Contas a receber de clientes, em face de a VALE não ser mais considerada parte relacionada, pela alienação de sua participação na Log-In no final do exercício de 2013. Em face do resultado do julgamento do processo de arbitragem pela Câmara de Arbitragem, a Companhia provisionou o montante de R\$16.749 (vide Nota 17), e estuda as medidas a serem implementadas contra a VALE, no sentido de reconhecer seu direito no processo.

A Log-In possui em seus registros contábeis valores de construção naval a receber, no montante de R\$27.712 em 31 de dezembro de 2016, referente aos desembolsos efetuados pela mesma por conta de garantia prestada ao Estaleiro Ilha S.A. junto às instituições financeiras (vide Nota 13, item e), e que deverá ser reembolsado à Companhia por aquele estaleiro, futuramente. Considerando a situação de dificuldades financeiras que atravessa o seu fornecedor Estaleiro Ilha S.A. ("EISA"), tendo inclusive apresentado pedido de Recuperação Judicial em 15 de dezembro de 2015, com o deferimento do pedido pelo judiciário em 29 de janeiro de 2016, a Companhia constituiu provisão de igual valor para perdas desse montante a receber (R\$27.712).

8. PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas e ligadas relacionadas na nota explicativa nº 11, cujas transações seguem condições e preços praticados no mercado, bem como com empresa acionista e suas empresas ligadas, e de operações de empréstimos de mútuo. As transações com partes relacionadas são compostas como segue:

				Consolidado
		31.12.2016		31.12.2015
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Velha S.ATVV (a, b)	-	-	-	-
Log-In Mercosur (a)	-	-	-	-
Log-In Logistics GmbH (a)	-	-	-	-
Log-In Uruguay (a)	-	-	-	-
Outras (a)				
				0
		31.12.2016		<u>Controladora</u> 31.12.2015
	Ativo		Ativo	
Terminal de Vila Velha S.ATVV (a, b)	2.128	<u>Passivo</u> 23.343	4.546	<u>Passivo</u> 23.486
Log-In Mercosur (a)	2.126	23.343 8.671	3.824	23.466 4.576
Log-In Logistics GmbH (a)	2.377	14.408	3.024	6.049
Log-In Uruguay (a)	_	69	_	89
Log III Oragady (a)	4.505	46.491	8.370	34.200
	4.505	46.491	0.370	34.200
Representados por:				
'				Consolidado
		31.12.2016		31.12.2015
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas - Circulante			_	
Partes relacionadas - Não Circulante (b)	-	-	-	-
	-	-	-	
	-			Controladora
		31.12.2016		31.12.2015
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas - Circulante	4.505	28.909	8.370	14.460
Partes relacionadas - Não Circulante (b)		17.582		19.740
	4.505	46.491	8.370	34.200

Notas:

(a) Referem-se apenas a valores a receber e a pagar relativos às operações e transações comerciais das empresas do grupo Log-In.

(b) O montante de R\$17.582 (montante de R\$19.740 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à operação de empréstimo de mútuo tomado junto à controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., com encargos equivalentes a 104% do CDI.

As operações comerciais realizadas com partes relacionadas totalizam os montantes discriminados abaixo:

		Consolidado					Controladora		
		31.12.2016		31.12.2015		31.12.2016		31.12.2015	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	
Log-In International GMBH	-	-	-	-	-	10.682	-	5.637	
Terminal de Vila Velha S.A -TVV	-	-	-	-	-	5.020	-	7.729	
Log-In Uruguay	-	-	-	-	-	-	-	-	
Log-In Mercosur			-		-	2.357		2.066	
	-	-	-	-	-	18.059	-	15.432	

Representados por:

	Consolidado						Cc	ntroladora
	31.12.2016		31.12.2015		31.12.2016		31.12.2015	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes	-	-	-	-	-	10.682	-	5.637
Serviços	-	-	-	-	-	5.255	-	5.687
Receita/despesas financeiras			-			2.122		4.108
	-	-	-	-		18.059	-	15.432

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 2016 totaliza R\$10.430 na controladora e R\$11.353 no consolidado (em 2015 - remuneração de R\$18.392 na controladora e R\$20.354 no consolidado), relativo a benefícios de curto e longo prazos, conforme abaixo:

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Benefícios:				
Remuneração	11.242	19.209	10.320	17.259
Plano matching	111_	1.145	110	1.133
	11.353	20.354	10.430	18.392

Pessoal-chave: Conselheiros, Diretores Estatutários, Diretores e Gerentes.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

				Circulante
		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
IRRF sobre aplicações financeiras e terceiros	1.529	1.578	-	-
Imposto e renda e contribuição social - antecipação	3.343	3.263	-	-
PIS e COFINS a recuperar ou compensar	27.207	23.698	15.484	13.599
INSS a recuperar ou compensar	4.026	8.686	1.072	5.922
FUNDAF a recuperar	-	5.799	-	-
ICMS a recuperar ou compensar	1.263	1.810	845	1.556
Outros	16	170	11_	11
	37.384	45.004	17.412	21.088

			N	lão circulante
		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Tributos a recuperar (IRRF sobre aplicações financeiras				
e terceiros)	7.314	6.048	7.014	6.048
FAP a recuperar	1.824	<u>-</u>	1.316	
	9.138	6.048	8.330	6.048

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e de contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

ŭ		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	145.612	(343.581)	158.262	(350.237)
Crédito (despesas) de imposto de renda e de				
contribuição social calculados à alíquota efetiva (34%)	(49.508)	116.818	(53.809)	119.081
Ajustes (efeito de 34%):				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(12.341)	5.021
Receitas subvencionadas (AFRMM aplicado)	5.152	11.971	5.152	11.971
Resultado de subsidiárias no exterior	846	4	-	-
Despesa de imposto de renda de subsidiária no exterior	(1.209)	(1.076)	-	-
Lucro disponibilizado de controlada no exterior	(956)	(769)	(956)	(769)
Receita (despesa) de juros sobre o capital próprio pagos	1	2	(605)	(1.702)
Provisão para perdas créditos ficais imposto de renda e csll	(4.175)	(157.150)	-	(157.150)
Diferenças permanentes	(1.699)	(1.504)	(1.600)	(1.517)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(51.548)	(31.704)	(64.159)	(25.065)

O saldo do ativo diferido é composto conforme descrito no quadro abaixo:

	Consolidado		Controladora
31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
111.688	113.043	111.688	113.043
44.508	44.997	44.508	44.997
156.196	158.040	156.196	158.040
(65.397)	(22.118)	(85.867)	(29.110)
90.799	135.922	70.329	128.930
	111.688 44.508 156.196 (65.397)	111.688 113.043 44.508 44.997 156.196 158.040 (65.397) (22.118)	31.12.2016 31.12.2015 31.12.2016 111.688 113.043 111.688 44.508 44.997 44.508 156.196 158.040 156.196 (65.397) (22.118) (85.867)

A Administração entende que a Companhia está em fase de reestruturação operacional, se enquadrando no parágrafo único do Art. 2º da Instrução CVM nº 371/2002, tendo em vista que está substituindo os antigos navios próprios e afretados por novos navios, sendo cinco novos navios porta-contêiner e dois novos navios graneleiros. A realização desse ativo fiscal diferido está fundamentada em Estudo Técnico, que apresenta expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que permitem a utilização desse ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos. Para os créditos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica e de contribuição social sobre o lucro líquido diferidos apurados no exercício, no montante de R\$4.175 (montante de R\$157.150 apurados no exercício de 2015), foram constituídas provisões correspondentes aos referidos montantes para eventuais perdas que possam ocorrer em suas realizações.

As principais premissas do Estudo Técnico são:

- a) A aquisição dos sete navios de grande porte citados anteriormente, sendo que quatro já estão concluídos e em operação, e três com previsão de conclusão da construção até 2018/2019, que substituirão a atual frota de embarcações; e
- b) Os novos navios incrementarão a receita e proporcionarão redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e de sua grande capacidade de transporte, tornando-se possível maior diluição dos custos fixos.

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos está demonstrada conforme detalhado no quadro abaixo.

		Consolidado		Controladora
Ano	31.12,2016	31.12,2015	31.12,2016	31.12,2015
2016	_	26.813	_	24.762
2017	9.869	(5.693)	7.644	(5.693)
2018	_	(5.565)	-	(5.565)
2019	_	5.339	_	5.339
2020	2.602	22.410	2.602	17.469
2021	6.898	12.649	6.898	12.649
2022	28.859	17.415	10.614	17.415
2023	11.300	21.781	11.300	21.781
2024	12.384	29.019	12.384	29.019
2025	13.425	10.506	13.425	10.506
2026	5.462	1.248	5.462	1.248
	90.799	135.922	70.329	128.930

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição e movimentação.

Composição em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

Composição em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembr	o de 2015:			
		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobre) :			<u> </u>
Depreciação acelerada não contabilizada-embarcações	(55.104)	(73.173)	(55.104)	(73.173)
Reversão de despesas de variação cambial, com tributação				
pelo regime de caixa	(41.084)	-	(41.084)	-
Resulltado diferido de alienação de direitos contratuais	(44.543)	-	(44.543)	-
Provisões operacionais	54.314	40.571	46.694	38.557
Provisão para crédito de liquida duvidosa-PCLD	7.186	5.155	5.185	3.395
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	12.925	5.280	2.102	2.062
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	909	49	883	49
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	111.688	113.043	111.688	113.043
Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa	44.508	44.997	44.508	44.997
_	90.799	135.922	70.329	128.930

Movimentação em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

_		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldos iniciais	135.922	160.654	128.930	153.996
Provisão imposto de renda e contribuição social diferidos sobi	re:			
Depreciação acelerada não contabilizada-embarcações	18.069	(26.692)	18.069	(26.692)
Reversão de despesas de variação cambial, com tributação				
pelo regime de caixa	(41.084)	-	(41.084)	-
Resulltado diferido de alienação de direitos contratuais	(44.543)	-	(44.543)	-
Provisões operacionais	13.743	2.964	8.137	3.687
Provisão para crédito de liquida duvidosa-PCLD	2.031	(912)	1.790	(1.123)
Provisões para riscos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários)	7.645	283	40	(563)
Benefícios baseados em ações com pagamento em dinheiro	860	(375)	834	(375)
Prejuízo fiscal a compensar:				
Imposto de renda pessoa jurídica	(1.355)	-	(1.355)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido-base negativa	(489)	-	(489)	-
Saldos finais	90.799	135.922	70.329	128.930
=				

Efeitos da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, com mudanças relevantes nas regras tributárias federais:

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

	SOCIDADES CONTROLADAS				OUTROS			
		Controlada	s no exterior					
	Log-In International GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay S.A.	Log.Star Navegação S.A. (a)	Terminal de Vila Velha S.A.	CONTRO- LADORA	Outros	CONSOLI- DA DO
Investimentos em empresas controladas	125.983	1.706	410	=	103.100	231.199		
Outros investimetnos	-	-	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2014	125.983	1.706	410		103.100	231.204		5
Resultado de equivalência patrimonial	(2.399)	1.223	30		15.913	14.767		
Redução de Capital	(5.634)	=	=	=	=	(5.634)	=	=
Dividendos e JCP propostos e recebidos		(1.477)	-	-	(38.665)	(40.142)	-	-
Ajustes acumulados de conversão (variação cambial)	=	(18)	137	=	=	119	=	=
Investimentos em empresas controladas	117.950	1.434	577		80.348	200.309		
Outros investimentos	-	-	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2015	117.950	1.434	577		80.348	200.314		5
Resultado de equivalência patrimonial	(1.233)	2.249	119	-	(37.433)	(36.298)		
Dividendos e JCP propostos e recebidos	-	-	-	-	(1.263)	(1.263)	-	-
Ajustes acumulados de conversão (variação cambial)	-	(673)	(122)	-	-	(795)	-	-
Investimentos em empresas controladas	116.717	3.010	574		41.652	161.953		
Outros investimentos	-	-	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2016	116.717	3.010	574	=	41.652	161.958	-	5
Capital social em:								
31.12.2016	131.202	378	356	19.158	48.894			
31.12.2015	131.202	378	356	19.158	48.894			
Patrimônio líquido em:								
31.12.2016	116.717	3.203	574	(21.674)	41.694			
31.12.2015	117.950	1.526	577	(21.674)	80.431			
Lucro líquido (prejuízo) em:								
31.12.2016	(1.233)	2.248	119	=	(37.472)			
31.12.2015	(2.399)	1.301	30	=	15.929			
Percentual de participação em 31.12.2016	100%	94%	100 %	17,23 %	99,90 %			
Percentual de participação em 31.12.2015	100%	94%	100 %	17,23 %	99,90 %			
Quantidade de ações/quotas possuidas:		ações:	ações:	ações:	ações:			
31.12.2016	1	567.819	100.000	3.301	9.766.014			
31.12.2015	1	567.819	100.000	3.301	9.766.014			

a) Os valores correspondentes à participação da controladora no passivo a descoberto desses investimentos encontram-se registrados no passivo não circulante, na rubrica "Outros", no montante de R\$3.727 (Log.Star) em de 2016 e em 2015.

O investimento que a Companhia detinha na controlada Lajes Logística S.A. – alienado em novembro de 2013 -, lhe garante certos direitos contratuais em face da alienação, tais como:

Obrigações adicionais – Conforme cláusula quarta do Contrato de Compra e Venda datado de 26 de novembro de 2013, as partes acordaram que, em caso de sucesso na implantação do Terminal Portuário Privativo (TPP) pela adquirente, a Log-In fará jus a um "bônus" de R\$23.500, atrelado a condições comerciais dos serviços de operação portuária do TPP, prestados pela Log-In, pelo prazo de dez (10) anos a contar do início da operação do TPP, observado ainda que a adquirente transportará suas cargas próprias de cabotagem utilizando-se preferencialmente dos serviços ofertados pela Log-In, e que a Log-In por sua vez realizará toda sua operação portuária em Manaus-AM por meio da Lajes Logística S.A., em caso de sucesso na implantação do TPP.

O referido "bônus" será pago em dez parcelas de R\$2.350, a partir da data prevista para o início das operações do TPP, corrigidos "*pro rata die*", desde a data do contrato de compra e venda, pelo IGP-M/FGV.

12. ATIVOS NÃO CIRCULANTES (BENS) ALIENADOS

Em 16 de setembro de 2016 a Companhia divulgou Fato Relevante informando a seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças com a Hidrovias do Brasil - Cabotagem Ltda., na qualidade de compradora, e Hidrovias do Brasil S.A. e Log-In International GmbH, na qualidade de intervenientes anuentes, no qual foram estabelecidos os termos e condições para a alienação e transferência à Hidrovias Cabotagem dos seguintes ativos de titularidade da Log-In: (i) duas embarcações identificadas como "Log-In Tambaqui" e Log-In Tucunaré"; e (ii) os direitos e obrigações de um contrato comercial firmado entre a Companhia e a Alunorte-Alumina do Norte do Brasil S.A..

Pela aquisição dos Ativos, a Hidrovias Cabotagem pagará à Companhia o valor de aproximadamente R\$683.118 (seiscentos e oitenta e três milhões e cento e dezoito mil), compreendendo: (i) o valor de R\$483.118 (quatrocentos e oitenta e três milhões e centro e dezoito mil) equivalente às dívidas das embarcações Tambaqui e Tucunaré representadas pelos Contratos BNDES que são denominados em dólares norte-americano, e que na data de 15 de setembro de 2016 equivalem ao saldo de US\$144,993 (cento e quarenta e quatro milhões e novecentos e noventa e três mil dólares norte-americanos), e (ii) o valor adicional de R\$200.000 (duzentos milhões).

O fechamento da Operação contemplada no Contrato ocorreu em 23 de dezembro de 2016, após atendidas as determinadas condições precedentes estabelecidas no Contrato, tais como formalização das anuências da ALUNORTE, BNDES e Credores financeiros (Banco do Brasil S.A., Itaú Unibanco, HSBC, Banco Itaú BBA e Santander), dentre outras.

Do montante de R\$ 200.000 (duzentos milhões), R\$60.000 (sessenta milhões) foi pago na Data do Fechamento, em 23 de dezembro de 2016, e o restante de R\$140.000 (cento e quarenta milhões) deverá ser pago à Log-In em 14 (quatorze) parcelas mensais iguais e consecutivas de R\$10.000 (dez milhões), devendo a primeira parcela ser paga em 1 (um) mês a contar da Data do Fechamento da operação. Referidas parcelas serão representadas por 14 (quatorze) notas promissórias não endossáveis no valor de R\$10.000 (dez milhões) cada uma, que a Hidrovias Cabotagem emitirá a favor da Log-In. O valor de cada parcela deverá ser corrigido pela variação do IGP-M desde a data do Contrato (16 de setembro de 2016) até a data do efetivo pagamento de cada parcela à Log-In. O saldo remanescente (R\$483.118 mil – quatrocentos e oitenta e três milhões e cento e dezoito mil) foi quitado pela compradora mediante transferência dos Contratos BNDES (Tambaqui e Tucunaré) pela Log-In à Hidrovias Cabotagem na Data do Fechamento, sendo que os valores dos Contratos BNDES, que são atrelados a dólar norte-americano, serão convertidos para a moeda real (R\$) pela taxa de câmbio de 2 (dois) dias úteis anteriores à Data do Fechamento, após cumprimento das Condições Precedentes.

Os efeitos dessa Operação, na data de 31 de dezembro de 2016, estão assim demonstrados:

Ativos e Passivos não circulantes alienados:

	Consolidado e Controlad		
	31.12.2016	31.12.2015	
Ativos não circulantes (bens) alienados:			
Embarcações em operação (Imobilizados)	427.762	-	
Direitos contratuais	253.859	-	
	681.621	-	
Passivos relacionados a ativos não circulantes (bens) alienados:			
Financiamentos (FMM/BNDES)	(482.149)		

No resultado do exercício, os efeitos líquidos decorrentes do fechamento dessa Operação totalizou R\$ 234.575 (Consolidado e Controladora), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Ativos e Passivos não circulantes-bens alienados:

ntroladora
1.12.2015
-
-
-
-
-
-

O montante do resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienados, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido é de R\$57.629 (em 31 de dezembro de 2015 era de R\$66.515), conforme quadro abaixo.

Resultado mensurado com ativos não circulantes (bens) alienados:

	Consolidado e	Consolidado e Controladora		
	31.12.2016	31.12.2015		
Receita operacional de fretes	152.516	172.023		
Impostos sobre vendas	(11.899)	(12.280)		
Receita operacional líquida	140.617	159.743		
Custo de fretes	(71.154)	(87.761)		
Custo de depreciação	(15.661)	(9.255)		
	(86.815)	(97.016)		
Lucro bruto	53.802	62.727		
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas administrativas e comerciais	(1.160)	(1.115)		
Recursos com subvenção A FRMM aplicados	4.987	4.903		
	3.827	3.788		
	57.629	66.515		
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			

Contas a receber por alienação de direitos contratuais:

O montante líquido a receber junto à compradora Hidrovias Brasil em 31 de dezembro de 2016 está assim representado:

	Consolidado e Controladora					
Ativo circulante e não circulante:	31.12.2016	31.12.2015				
Ativo circulante:						
De 0 a 30 Dias	9.358	-				
De 31 a 90 Dias	28.073	-				
De 91 a 180 Dias	56.387	-				
De 181 a 360 Dias	18.476	-				
	112.294	-				
Ativo não circulante	18.716					

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS

a) Imobilizado

•			Consolidado		Controladora
	Taxas médias				
	anuais de				
_	depreciação (%)	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Bens em operação:	_				
Embarcações	5	524.630	708.617	339.384	523.371
Edificações e Instalações	2% a 10%	134.822	123.183	54.232	53.711
Máquinas e equipamentos	7	71.596	66.261	2.721	2.152
Móveis e utensílios	10	8.805	7.657	4.918	4.211
Equipamentos de processamento de dados	20	31.295	29.000	12.407	11.963
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10	7.917	15.205	7.917	15.205
Veículos	20	485	485	98	98
Benfeitorias embarcações afretadas terceiros	20	26.201	28.565	26.201	28.565
Outros bens	20	1.230	1.230	676	676
		806.981	980.203	448.554	639.952
Depreciação acumulada		(301.477)	(291.822)	(137.523)	(143.705)
		505.504	688.381	311.031	496.247
Imobilizações em curso		642.270	894.212	635.596	867.138
		1.147.774	1.582.593	946.627	1.363.385

b) Movimentação do Imobilizado

Consolidado:

											Consolidado
			Máquinas	Móveis	Benfeitorias	Equipamentos		Benfeitorias em			
		Edificações e	е	е	em imóveis	e processamento		embarcações		Imobilizações	
Imobilizado:	Embarcações	instalações	equipamentos	utensílios	de terceiros	de dados	Veículos	de terceiros	Outros bens	em curso	Total
Saldos em 31.12.2015	708.617	123.183	66.261	7.657	15.205	29.000	485	28.565	1.230	894.212	1.874.415
Adições no período									-	69.396	69.396
Transferência no período	288.848	14.946	12.214	1.233	495	2.325		1.135	-	(321.196)	
Transferência intercontas		(2.044)			2.186	-			-	(142)	
Reembolso com aquisição	-	(1.217)				-	-		-		(1.217)
Transferência p/ativos não											
circulantes mantidos para venda	(472.835)					-			-	-	(472.835)
Baixa no exercício		(46)	(6.879)	(85)	(9.969)	(30)		(3.499)			(20.508)
Saldos em 31.12.2016	524.630	134.822	71.596	8.805	7.917	31.295	485	26.201	1.230	642.270	1.449.251
·			:								
Depreciação acumulada:											
Saldos em 31.12.2016	(175.315)	(32.023)	(43.615)	(4.513)	(7.738)	(16.386)	(427)	(10.858)	(947)		(291.822)
Adições no período	(43.723)	(4.546)	(5.876)	(699)	(5.086)	(4.359)	(52)	(8.828)	(42)		(73.211)
Transferência intercontas	2	2.091			(2.093)	-		-	-		
Transferência p/ativos não											
circulantes mantidos para venda	45.073	-				-	-		-		45.073
Baixa no exercício	-	3	5.081	75	9.794	31		3.499			18.483
Saldos em 31.12.2016	(173.963)	(34.475)	(44.410)	(5.137)	(5.123)	(20.714)	(479)	(16.187)	(989)		(301.477)

Controladora:

											Controladora
			Máquinas	Móveis	Benfeitorias	Equipamentos		Benfeitorias em			
		Edificações e	е	е	em imóveis	processamento		embarcações		Imobilizações	
Imobilizado:	Embarcações	instalações	equipamentos	utensílios	de terceiros	de dados	Veículos	de terceiros	Outros bens	em curso	Total
Saldos em 31.12.2015	523.371	53.711	2.152	4.211	15.205	11.963	98	28.565	676	867.138	1.507.090
Adições no período	-	-	-	-	-	-			-	65.519	65.519
Transferência no período	288.848	3.828	1.416	723	495	474	-	1.135	-	(296.919)	-
Transferência intercontas		(2.044)	-		2.186	-	-		-	(142)	-
Transferência p/ativos não											
circulantes mantidos p/venda	(472.835)	-	-			-					(472.835)
Reembolso com aquisição		(1.217)	-			-					(1.217)
Baixas no exercício		(46)	(847)	(16)	(9.969)	(30)	-	(3.499)	-	-	(14.407)
Saldos em 31.12.2016	339.384	54.232	2.721	4.918	7.917	12.407	98	26.201	676	635.596	1.084.150
Depreciação acumulada:											
Saldos em 31.12.2015	(100.830)	(13.831)	(1.395)	(2.084)	(7.738)	(6.201)	(98)	(10.860)	(668)	-	(143.705)
Adições no período	(34.459)	(2.102)	(253)	(425)	(5.088)	(1.711)		(8.828)	(1)	•	(52.867)
Transferência intercontas	-	2.093	-	-	(2.093)	-	-			-	
Transferência p/ativos não											
circulantes mantidos p/venda	45.073	-	-		-	-	-	-	-	-	45.073
Baixas no exercício		3	642	6	9.796	30		3.499			13.976
Saldos em 31.12.2016	(90.216)	(13.837)	(1.006)	(2.503)	(5.123)	(7.882)	(98)	(16.189)	(669)	-	(137.523)

O principal item das imobilizações em curso na controladora em 2016, no montante de R\$594.697, corresponde a adiantamentos para construção de três navios porta-contêineres (em 2015, R\$823.157, quatro navios, sendo três navios porta-contêineres e de um graneleiro) que estão em construção pelo Estaleiro Ilha S.A. (EISA). Esses montantes incluem R\$167.106 (em 2015, inclui R\$125.946) referentes a encargos relativos aos financiamentos obtidos para essa construção, que foram capitalizados, originados dos encargos gerados pelo financiamento correspondente (vide nota explicativa 14).

Os ativos que demonstraram algum indicador para fins de avaliação por *impairment* foram testados considerando o modelo de valor em uso com base no valor presente do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa.

A Companhia determina a projeção de seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas-chaves: (i) custos e investimentos baseados na melhor estimativa dos projetos com base em desempenhos passados; (ii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando apropriado; (iii) vida útil de cada embarcação em operação); e (iv) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

Como consequência dos testes de valor recuperável dos ativos da Companhia feitos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor recuperável é superior ao valor contábil dos ativos. Dessa forma, não foi efetuada provisão para impairment em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

c) Intangíveis

			Consolidado		Controladora
	Taxa de				
	amortização (%)	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Sistemas (softwares aplicativos)	20	97.646	83.692	89.538	77.577
Concessões portuárias	4	8.304	8.304	-	-
Marcas e Patentes		5	5	5	5
		105.955	92.001	89.543	77.582
Amortização Acumulada		(68.695)	(57.097)	(61.104)	(51.074)
		37.260	34.904	28.439	26.508
Intangíveis em desenvolvimento		14.886	6.098	14.886	3.690
		52.146	41.002	43.325	30.198

Os saldos de intangíveis em curso referem-se a gastos com desenvolvimento de sistemas.

14. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Os saldos dos financiamentos e empréstimos em 2016 e em 2015 classificados no passivo circulante e não circulante, bem como as amortizações e os pagamentos vencíveis obedecerão ao escalonamento até o ano de 2034, conforme quadros abaixo:

									С	onsolidado
		nstrução de rcações (a)					Instalações TERCAM, PAULÍNIA e TVV (b)			TOTAL
Parcelas vencíveis		Valor Anual		Operações de swap (d)		Capital de giro (c)		Valor Anual		Valor Anual
em	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
2016	-	43.891	- '	107.824	-	167.645		7.188	-	326.548
2017	22.978	43.056	8.841	135.953	66.044	47.092	6.515	3.307	104.378	229.408
2018	22.325	43.964	13.633	27.767	72.312	35.675	4.288	3.516	112.558	110.922
2019	50.815	92.168	23.371	7.922	103.011	1.622	2.514	2.142	179.711	103.854
2020	50.815	92.168	23.371	-	101.344	1.622	-	622	175.530	94.412
2021	50.816	92.168	25.110	-	106.294	-	-	3.078	182.220	95.246
2022 a 2034	532.733	923.700	-	-	-	-	-	-	532.733	923.700
	730.482	1.331.115	94.326	279.466	449.005	253.656	13.317	19.853	1.287.130	1.884.090

Controladora	EDOAM -	l						0	
TOTAL		Instalações TERCAM e PAULÍNIA (b)			nstrução de rcações (a)	_			
Valor Anual	Valor Anual		Capital de giro(c)		leswap (d)	Operações de swap (d)		•	Parcelas vencíveis
31.12.2016 31.12.2015	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	em
- 281.639	4.085	-	164.993	-	68.670	-	43.891	-	2016
77.696 197.686	622	3.295	45.498	42.582	108.510	8.841	43.056	22.978	2017
94.774 106.405	622	1.591	34.052	57.225	27.767	13.633	43.964	22.325	2018
161.604 100.712	622	795	-	86.623	7.922	23.371	92.168	50.815	2019
159.143 92.790	622	-	-	84.957	-	23.371	92.168	50.815	2020
166.192 95.246	3.078	-	-	90.266	-	25.110	92.168	50.816	2021
532.733 923.700			-			-	923.700	532.733	2022 a 2034
1.192.142 1.798.178	9.651	5.681	244.543	361.653	212.869	94.326	1.331.115	730.482	_

Em 2016 e em 2015, os financiamentos estão classificados no passivo conforme segue (em 31 de dezembro de 2015, reclassificação no consolidado R\$1.299.889 e R\$1.292.790 na controladora), em face do efeito do CPC 26, item 74, mencionado na Nota 14.1):

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Passivo circulante	104.378	1.626.437	77.696	1.574.429
Passivo não circulante	1.182.752	257.653	1.114.446	223.749
	1.287.130	1.884.090	1.192.142	1.798.178

O quadro abaixo apresenta a movimentação desses empréstimos em 31 de dezembro de 2016.

								Consolidado
	Saldo em	aldo em Baixa por		Encargos financeiros(*)		Amortização		Saldo em
Empréstimos e financiamentos	31.12.2015	Adição	transferência	Capitalizado	Resultado	Principal	Encargos	31.12.2016
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a)	1.331.115	10.271	(482.149)	39.577	(101.797)	(39.437)	(27.098)	730.482
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	19.853	-	-	-	1.683	(6.827)	(1.392)	13.317
Capital de giro (instituições financeiras)-(c)	253.656	393.948	-	-	60.885	(232.718)	(26.766)	449.005
Operação de Swap-(d)	279.466	85.206			35.634	(298.327)	(7.653)	94.326
	1.884.090	489.425	(482.149)	39.577	(3.595)	(577.309)	(62.909)	1.287.130

Nota(*): Encargos financeiros, resultado, inclui R\$199.719 de variação cambial, dos quais R\$32.850 decorrente do efeito CPC 20.

	Saldo em		Baixa por	Encargos fi	nanceiros(*)	А	mortização	Saldo em
Empréstimos e financiamentos	31.12.2015	Adição	transferência	Capitalizado	Resultado	Principal	Encargos	31.12.2016
Construção de embarcações (FMM/BNDES)-(a)	1.331.115	10.271	(482.149)	39.577	(101.797)	(39.437)	(27.098)	730.482
Investimentos em terminais portuários (FMM/BNDES)-(b)	9.651	-	-	-	611	(3.968)	(613)	5.681
Capital de giro (instituições financeiras)-(c)	244.543	320.041	-	-	53.612	(230.235)	(26.308)	361.653
Operação de Swap-(d)	212.869	85.206	-	-	27.034	(225.006)	(5.777)	94.326
	1.798.178	415.518	(482.149)	39.577	(20.540)	(498.646)	(59.796)	1.192.142

Nota(*): Encargos financeiros, resultado, inclui R\$189.163 de variação cambial, dos quais R\$32.850 decorrente do efeito CPC 20.

Os financiamentos e empréstimos referem-se a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (FMM), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como junto a outras instituições financeiras, para as seguintes finalidades:

a) Construção de embarcações (FMM/BNDES)

Construção de sete navios (cinco porta-conteiners e dois graneleiros) junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), divididos em dois subcréditos (Subcrédito "A" e Subcrédito "B"), cuja linha de crédito é da ordem de R\$927.142, composto por R\$625.209 referente porta-containers e R\$301.933 para graneleiros. Os contratos pactuados com o BNDES datam de 26 de maio de 2008 (porta-conteiners) e de 8 de dezembro de 2009 (graneleiros). Para determinação dos saldos devedores os Subcréditos "A" e "B" são atualizados pela TJLP e pela variação do dólar norte-americano (porta-conteiner) e os Subcréditos relativos aos graneleiros pela variação do dólar norte-americano, respectivamente, ambos acrescidos de juros de 2,5% ao ano. As embarcações (cascos 504, 505 e 509) construídas, e já em operação, e as em construção (cascos 506, 507, 508 e 510) estão gravadas como garantia dos financiamentos, com cláusula de hipoteca de primeiro grau.

Em 31 de dezembro de 2015, os Subcréditos relativos aos navios em construção (Cascos 506, 507, 508 e 510) foram repactuados com o BNDES no tocante ao valor das amortizações, com redução de 95% (noventa e cinco por cento) do valor de cada parcela mensal para o período de outubro de 2015 a dezembro de 2018, bem como em relação às taxas de juros, as quais passaram de 2,5% a.a. para 3,88% a.a., permanecendo inalterado as demais condições contratuais relacionadas aos referidos Cascos. Com essa repactuação, aproximadamente R\$ 270.000 dos financiamentos relativos aos referidos Cascos com vencimentos previstos de outubro de 2015 a dezembro de 2018 foram deslocados para um período compreendido entre 2019 e 2034.

Segue abaixo quadro resumo dos saldos dos recursos já liberados (acrescido de encargos decorridos):

Órgão Financiador:	Vencimento da última		Consolidado	o e Controladora
Fundo da Marinha Mercante (FMM):	prestação	Carência:	31.12.2016	31.12.2015
Casco EI-504-Subcrédito A	Jun/2031	37 meses	75.019	80.214
Casco El-504-Subcrédito A-Suplementar	Jun/2031	37 meses	6.984	7.467
Casco El-505-Subcrédito A	Set/2030	37 meses	72.973	78.301
Casco El-505-Subcrédito A-Suplementar	Set/2030	37 meses	6.842	7.343
Casco El-506-Subcrédito A	Mar/2032	39 meses	96.304	86.343
Casco EI-506-Subcréditos A1aA4-Suplementares	Mar/2032	39 meses	13.081	11.728
Casco El-507-Subcrédito A	Out/2033	21 meses	54.565	48.663
Casco El-507-Subcréditos A1aA4-Suplementares	Out/2033	21 meses	40.590	36.571
Casco El-508-Subcrédito A	Abr/2034	21 meses	42.635	38.050
Casco El-508-Subcréditos A1aA5-Suplementares	Abr/2034	21 meses	39.850	35.919
	,	Valores indexados à TJLP	448.843	430.599
Casco EI-504-Subcrédito B	Jun/2031	37 meses	50.797	65.067
Casco EI-504-Subcrédito B-Suplementar	Jun/2031	37 meses	4.482	5.741
Casco El-505-Subcrédito B	Set/2030	37 meses	50.203	64.533
Casco EI-505-Subcrédito B-Suplementar	Set/2030	37 meses	4.364	5.609
Casco El-506-Subcrédito B	Mar/2032	39 meses	59.784	68.861
Casco El-506-Subcréditos B1aB4-Suplementares	Mar/2032	39 meses	5.016	5.777
Casco El-507-Subcrédito B	Out/2033	21 meses	30.729	35.289
Casco El-507-Subcréditos B1aB4-Suplementares	Out/2033	21 meses	34.143	39.417
Casco El-508-Subcrédito B	Abr/2034	21 meses	22.186	25.486
Casco EI-508-Subcréditos B1aB5-Suplementares	Abr/2034	21 meses	19.935	23.088
Casco EI-509-Subcrédito A	Jun/2032	28 meses	-	190.879
Casco El-509-Subcrédito B	Jun/2032	28 meses	-	88.664
Casco El-510-Subcrédito A	Ago/2032	31 meses	-	183.603
Casco El-510-Subcrédito B e Suplementar	Ago/2032	31 meses	-	98.502
·	•	Valores indexados à US\$	281.639	900.516
		TOTAL	730.482	1.331.115

Nos financiamentos contratados junto ao Fundo da Marinha Mercante a Log-In se obriga a manter um índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) mínimo, calculado ao final de cada exercício, não inferior a um patamar mínimo estipulado pelo BNDES, ao longo de todo o prazo dos contratos, cujo índice é apurado pela formula ICD = EBITDA – (IR+CSLL+Variação Capital de Giro) /Serviço da Dívida do Exercício). Até o último período de cálculo (dezembro de 2014), a Companhia está em conformidade com as coberturas financeiras requeridas; em dezembro de 2015, a Companhia não atingiu a cobertura mínima, no entanto, divulgou Fato Relevante informando do recebimento de carta do BNDES, de 22 de abril de 2016, que comunica a dispensa da obrigação da Log-In de cumprimento de *covenants* financeiros presentes nos contratos de financiamentos celebrado com o BNDES, relacionado ao exercício findo de 31 de dezembro de 2015.

14.1 Financiamentos e empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – reclassificação de parcela de longo prazo para o curto prazo

Os saldos dos financiamentos e empréstimos relativos aos financiamentos para construção de embarcações classificados no curto e longo prazo totalizam R\$743.799 no consolidado e R\$736.163 na controladora (R\$1.350.968 no consolidado e R\$1.340.766 na controladora, em 31 de dezembro de 2015). Esses recursos foram tomados e aplicados para construção de sete embarcações contratadas junto ao Estaleiro Ilha S.A., das quais quatro já foram entregues e estão em operação; duas das quais foram alienadas no final do exercício, conforme Nota 12.

A movimentação desses financiamentos e empréstimos no exercício de 2016 segue conforme abaixo (consolidado):

Saldos em 31.12.2015	1.331.115
Liberações de recuros pelo FMM/BNDES	10.271
Encargos financeiros capitalizados (navios em construção)	39.577
Encargos financeiros (juros) apropriados	37.623
Encargos financeiros (variações cambiais) revertidas em face da depreciação do dólar	(139.420)
Amortização de principal e encargos	(66.535)
Baixa por transferência de financiamentos relativos às embarcações alienadas	(482.149)
Saldos em 31.12.2016	730.482

Em consequência da depreciação acumulada do "Real" frente à moeda norte-americana, nos últimos cinco anos até dezembro de 2016, o saldo desses financiamentos e empréstimos inclui o montante de R\$ 331.614 mil de encargos de variação cambial (R\$471.034 mil até dezembro de 2015), conforme quadro abaixo.

Consolidado e	: Controladora
Encargos de variação cambial adicionados aos financiamentos BNDES:	31.12.2016
Período Jan a Dez 2016 (reversão de despesa)	(139.420)
Exercício de 2015	261.338
Exercício de 2014	69.681
Total encargos no período de 01.01.2014 a 31.12.2016	191.599
Período de 01.04.2011 31.12.2013	140.015
Total encargos nos últimos cinco anos (01.04.2011 a 31.12.2016)	331.614

Os efeitos cambiais mencionados acima impactaram na medição do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo, nos exercícios de 2015 e de 2016, o qual é calculado ao final de cada exercício, não inferior a 1,3, ao longo de todo o prazo dos contratos (ICSD = EBITDA – (IR+CSLL+Variação Capital de Giro)/Serviço da Dívida do Exercício). Adicionalmente, a partir da assinatura do primeiro aditivo ao contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve observar também um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) maior ou igual a 25%.

Nos dois últimos períodos de cálculo (dezembro de 2015 e de 2016), a Companhia não atendeu ao limite mínimo de ICSD, não atingindo as coberturas mínimas. Em 31 de dezembro de 2015, como consequência, os financiamentos e empréstimos de longo prazo relativos aos contratos de construção dos navios, no montante de R\$1.287.224 foram reclassificados para o curto prazo, bem como os saldos dos financiamentos de longo prazo dos terminais, em atendimento ao disposto no parágrafo 74 do CPC 26. Em 31 de dezembro de 2016 a Log-In obteve junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDES (Decisão nº Dir. 743, de 14 de dezembro de 2016), bem como das instituições financeiras Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., a dispensa do cumprimento de cláusulas de desempenho financeiro relativo ao exercício social de 2016, quais sejam: índice de cobertura da dívida não inferior a 1,3 e índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) maior ou igual a 25%. Considerando o teor da referida Decisão Dir. 743, a Log-In voltou a classificar os referidos financiamentos contratados junto ao BNDES/FMM no "passivo não circulante", refletindo a previsão contratual, a expectativa da Administração da Companhia e o cronograma de desembolsos relacionado ao fluxo de pagamento de suas obrigações junto ao BNDES.

b) Investimento em terminais portuários (BNDES)

Esses contratos de financiamentos de abertura de crédito tem as seguintes características:

b.1) TERCAM

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE (AMPLIAÇÃO DO TERCAM)
Subcrédito "A"	12.498	TJLP+1,4%	8 anos	1ª Fase do Projeto: construção de 9.000m² do novo arma-
				zém, instalações, arruamento interno e parte da expansão
				do pátio de contêineres (recursos totalmente liberados):

Em 2016 o saldo deste financiamento totaliza R\$4.094 (R\$4.459 em 2015). Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final.

b.2) Terminal de Paulínia/SP

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCA RGOS	PRAZO	FINA LIDA DE
Subcrédito "A"	8.000	TJLP+4,30%a.a	60 meses	Consiste na construção de um centro de distribuição localizado em Paulínia/SP.
Subcrédito "B"	2.000	TJLP+3,30%a.a	60 meses	ldem, idem.

Em 2016 o saldo deste financiamento totaliza R\$1.587 (R\$2.163 em 2015); a periodicidade de pagamento do principal é mensal e a dos juros trimestralmente. A amortização do principal teve início a partir de 12 de setembro de 2012, enquanto que a amortização dos teve início a partir de 15 de novembro de 2011.

b.3) Terminal de Vila Velha

SUBCRÉDITO	VALOR	ENCARGOS	PRAZO	FINALIDADE (AQUISIÇÃO DE)
Subcréditos "A, B,C,D,E"	7.101	Cesta IPCA+3,0% a.a.	8 anos	Equipamentos importados (recursos
				parcialmente liberados).
Subcrédito "F"	15.365	TJLP+1,4% a.a.	8 anos	Obras civis (recursos totalmente libe-
				rados).

Em 2016 o saldo deste financiamento totaliza R\$7.636 (R\$8.010 em 2015). Esse contrato de crédito tem garantia fidejussória de carta de fiança bancária, até sua liquidação final.

c) Capital de giro e investimentos correntes

Contrato de abertura de crédito (capital de giro e investimentos correntes) é composto conforme quadro abaixo:

			Consolidado		Controladora
Abertura de crédito	Vencimento	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Banco Alfa de Investimentos S.A.	Dez/2016	-	21.085		21.085
Banco ABC S.A.	Fev/2017	1.150	7.923	1.150	7.923
Banco BBM S.A. (NC-E)	Nov/2016	-	18.655	-	18.655
Banco Fibra S.A.	Jan/2017	4.273	10.122	4.273	10.122
Banco Original S.A.	Jan/2017	575	19.860	575	19.860
Banco Safra S.A. (NC-E, 2014)	Nov/2017	5.016	7.688	5.016	7.688
Banco Safra S.A. (NC-E, 2015)	Mar/2018	3.693	9.426	3.693	9.426
Banco Votorantim S.A.	Mar/2018	23.007	-	-	-
Banco BIC S.A.	Mar/2019	13.483	14.918	13.483	14.918
Banco do Brasil S.A. (NC-C)	Out/2019	216.765	129.113	215.640	129.113
Deutsche Leasing	Nov/2020	5.237	8.113	-	-
Banco HSBC S.A.	Mar/2021	84.659	-	84.659	-
Banco Itaú S.A.	Mar/2021	91.147	-	33.164	-
Outros (*)	Jul/2017		6.753		5.753
	<u> </u>	449.005	253.656	361.653	244.543

Sobre essas linhas de créditos, bem como sobre os empréstimos referenciados à NC-E (Nota de Crédito de Exportação) incidem encargos financeiros pela taxa do CDI, em média, de 118.6%.

d) Operação de Swap

O quadro abaixo apresenta resumidamente os valores captados pela Companhia junto às instituições financeiras o montante dos créditos em Cédula de Crédito Bancário – Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62, na modalidade de derivativos tipo "swap", com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos contratados em dólar norte-americano indexado à variação do CDI. Essas operações geraram despesas de juros e variação cambial no montante de R\$34.329 no Consolidado e de R\$27.034 na Controladora no decorrer do exercício de 2016 (R\$41.123 no Consolidado e de R\$28.480 na Controladora no decorrero do exercício de 2015), líquidos do valor do ganho compensado na operação de "swap", conforme detalhado na nota 24.5. Nessa operação, não há incidência do IOF. Os encargos desses empréstimos captados estão indexados à taxa de mercado.

Exceto o contrato de operação 4.131 Swap Banco Santander, todos os demais contratos foram liquidados no decorrer do terceiro trimestre de 2016, em face das operações de reperfilamento da dívida objeto dos Fatos Relevantes divulgado em 6 de maio e em 1 de agosto de 2016.

O quadro abaixo mostra a composição dessa operação em 31 de dezembro de 2016:

OPERAÇÕES 4.131 (Swap) - MODALIDADE DE DERIVATIVOS TIPO "SWAP"

					Consolidado
	Data inicial	Valo	or contratado	Saldos em	Encargos
Instituição financeira	da operação	em R\$	Equivalentes em US\$	31.12.2016	31.12.2016
Banco do Brasil S.A. (a)	30.12.2014	44.825	16.000	-	5.412
Banco Itaú S.A.(a)	20.02.2015	72.135	23.637	-	5.917
Banco HSBC Bank Brasil S.A. (a 20.02.2015	67.125	30.000	-	6.168
Banco Votorantim S.A. (a)	12.01.2015	20.000	7.524	-	2.121
Banco Santander S.A. (a)	06.04.2015	75.000	24.035	-	5.591
Banco Santander S.A.	03.06.2016	85.206	23.668	94.326	9.120
		364.291	124.864	94.326	34.329

⁽a) Liquidados em Março, Julho e Agosto de 2016.

					Controladora
	Data da	Valo	or contratado	Saldos em	Encargos
Instituição financeira	operação	em R\$	Equivalentes em US\$	31.12.2016	31.12.2016
Banco do Brasil S.A. (a)	13.09.2011	44.825	16.000	-	5.412
Banco Itaú S.A.(a)	23.08.2013	27.135	9.000	-	743
Banco HSBC Bank Brasil S.A. (a	20.02.2015	67.125	30.000	-	6.168
Banco Santander S.A. (a)	06.04.2015	75.000	24.035	-	5.591
Banco Santander S.A.	03.06.2016	85.206	23.668	94.326	9.120
		299.291	102.703	94.326	27.034

⁽a) Liquidados em Março, Julho e Agosto de 2016.

Esses empréstimos-pontes tomados via "capital de giro" e em "operações de *swap*" visam suprir os descasamentos de fluxos de caixa entre as solicitações e as liberações dos recursos via Fundo da Marinha Mercante (FMM), no que diz respeito aos financiamentos contratados em vigor para as sete embarcações, junto ao Estaleiro Ilha S.A. (EISA), bem como financiar investimentos correntes da Companhia.

e) Garantias

Em reunião realizada em 20 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a conceder garantias a títulos de crédito de fornecedores por serviços e materiais adquiridos em contratos de longo prazo, até o limite de R\$140.000. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo residual dessa garantia está em torno de R\$2.719 (em 31 de dezembro de 2016: R\$28.700)

15. OPERAÇÕES DE DEBÊNTURES

Em 17 de agosto de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a 1ª (primeira) em emissão de debêntures simples, não conversíveis, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real, com bônus de subscrição, no valor de até R\$45.000, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de de 2009. Os recursos captados pela emissora por meio da integralização das debêntures totalizaram R\$41.537 e serão utilizados para pagamento de despesas gerais e dívidas de curto e longo prazo e/ou reforço no capital de giro da Log-In.

As debêntures tem a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e terão prazo de vencimento em 30 de março de 2018, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e vencimento antecipado. Não há *covenants* relacionados a índices financeiros. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações pecuniárias decorrentes da formalização dessa garantia, a Companhia cede fiduciariamente e transfere, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas (i) direitos creditórios de titularidade da Companhia, decorrentes de prestação de serviços de transporte e outros representados por documentos denominados "conhecimento de transporte"; (ii) os recursos recebidos em razão do pagamento dos Direitos Creditórios – Serviços; e (iii) os direitos sobre o saldo depositado em conta corrente de titularidade da cedente junta ao Banco Itaú S.A. (Banco Depositário/Conta Vinculada).

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 70% (setenta por cento) das taxas médias dos DI-Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A.

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e amortização extraordinária, a remuneração será paga em uma única parcela, na data do vencimento. O valor atualizado das debêntures, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 42.543, composto por R\$41.537 de principal e de R\$1.006 de encargos.

16. FORNECEDORES

Os valores componentes de contas a pagar a fornecedores tem os seguintes prazos de pagamentos (aging list):

		Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
Passivo circulante	·				
Valores a vencer:					
De 0 a 30 dias	125.322	103.875	110.816	88.377	
De 31 a 90 dias	6.842	2.580	6.834	2.544	
De 91 a 180 dias	5.027	7.246	4.937	7.138	
De 181 a 360 dias	10.891	963	10.460	747	
	148.082	114.664	133.047	98.806	
Passivo não circulante	7.966	754	7.630		

17. PROVISÕES OPERACIONAIS

As provisões operacionais constituídas pela Companhia referem-se às estimativas de gastos e são compostas basicamente por provisões para despesas portuárias (navegação), rodoviárias e outros gastos. Essas provisões estão classificadas no passivo circulante e no não circulante e tem a seguinte composição:

Passivo circulante:

		Consolidado		Controladora
Provisões operacionais para:	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Gastos marítimos com transportes granel e containers	27.092	23.559	27.092	23.559
Gastos marítimos com transportes veículos Mercosul	31.016	22.994	31.016	22.994
Gastos rodoviários	5.595	2.583	5.595	2.583
Gastos administrativos	10.276	1.626	10.166	1.626
Outros gastos operacionais	6.093	952	5.542	420
	80.072	51.714	79.411	51.182
Passivo não circulante:				
Provisão para perdas estimadas com outros recebíveis de				
longo prazo	16.749	-	-	-
Provisão para outros gastos	36	143	36	143
	16.785	143	36	143

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas provisionaram ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cível e fiscal, classificadas no passivo não circulante, consideradas pela Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, como suficiente para cobrir prováveis perdas. Essas contingências são compostas conforme abaixo.

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
	Provisão para	Provisão para	Provisão para	Provisão para
	riscos	riscos	riscos	riscos
Trabalhistas	37.884	15.920	6.483	6.851
Trabalhistas-responsabilidade solidária	16.749	15.399	-	-
Tributárias	1.463	542	1.131	233
Cíveis e outras	461	859	361	774
	56.557	32.720	7.975	7.858

Reclamações trabalhistas – consistem principalmente em reclamações de empregados por: (i) pagamento de horas extras, (ii) pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e (iii) outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.

O montante de reclamações trabalhistas acima, no valor de R\$16.749 em 2016 (R\$15.399 em 2015), reconhecido nos registros contábeis da controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A., refere-se a contingências trabalhistas com prognósticos de perdas prováveis registrados ao final do exercício, por conta de prováveis desembolsos com obrigações contingenciais de responsabilidade da VALE S.A. (vide Nota 7), amparado por interpretação do Acordo de Indenização pactuado entre a Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas e a VALE, datado de 23 de março de 2007. A Companhia e ou suas controladas poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar os seus créditos.

<u>Tributárias</u> – abrangem principalmente: (i) tributos preteridos na transferência de bens e (ii) nas mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS.

<u>Cíveis e outras</u> – abrangem principalmente demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras. A Companhia poderá ingressar no juízo competente com as medidas necessárias para assegurar o seu crédito e/ou de suas controladas.

No decorrer do exercício de 2016 estas contingências tiveram a seguinte movimentação, face principalmente a processos de responsabilidade exclusiva da VALE sem custas para a Companhia, bem como outras baixas por mudança de prognóstico e revisão de valor de processo.

					(Consolidado
Saldo em				Movimentaç	ão no período	Saldo em
31.12.2015	Adição	Reversão	Juros+CM	Transferência	Pagamento	31.12.2016
31.319	16.693	(7.848)	14.995	1.465	(1.991)	54.633
859	48	(29)	27	1.007	(449)	1.463
542	656	(20)	295	(1.007)	(5)	461
32.720	17.397	(7.897)	15.317	1.465	(2.445)	56.557
		(9.500)	(15.317)			
					C	Controladora
Saldo em				Movimentaç	ão no período	Saldo em
31.12.2015	Adição	Reversão	Juros+CM	Transferência	Pagamento	31.12.2016
6.851	2.460	(1.779)	340	195	(1.584)	6.483
233	636	-	267	-	(5)	1.131
774	48	(29)	10	7	(449)	361
7.858	3.144	(1.808)	617	202	(2.033)	7.975
		(1.336)	(617)			
	31.12.2015 31.319 859 542 32.720 Saldo em 31.12.2015 6.851 233 774	31.12.2015 Adição 31.319 16.693 859 48 542 656 32.720 17.397 Saldo em 31.12.2015 Adição 6.851 2.460 233 636 774 48	31.12.2015 Adição Reversão 31.319 16.693 (7.848) 859 48 (29) 542 656 (20) 32.720 17.397 (7.897) (9.500) Saldo em 31.12.2015 Adição Reversão 6.851 2.460 (1.779) 233 636 - 774 48 (29) 7.858 3.144 (1.808)	31.12.2015 Adição Reversão Juros+CM 31.319 16.693 (7.848) 14.995 859 48 (29) 27 542 656 (20) 295 32.720 17.397 (7.897) 15.317 Saldo em 31.12.2015 Adição Reversão Juros+CM 6.851 2.460 (1.779) 340 233 636 - 267 774 48 (29) 10 7.858 3.144 (1.808) 617	31.12.2015 Adição Reversão Juros+CM Transferência 31.319 16.693 (7.848) 14.995 1.465 859 48 (29) 27 1.007 542 656 (20) 295 (1.007) 32.720 17.397 (7.897) 15.317 1.465 (9.500) (15.317) Movimentaç 31.12.2015 Adição Reversão Juros+CM Transferência 6.851 2.460 (1.779) 340 195 233 636 - 267 - 774 48 (29) 10 7 7.858 3.144 (1.808) 617 202	Saldo em Reversão Juros+CM Transferência Pagamento 31.12.2015 Adição Reversão Juros+CM Transferência Pagamento 31.319 16.693 (7.848) 14.995 1.465 (1.991) 859 48 (29) 27 1.007 (449) 542 656 (20) 295 (1.007) (5) 32.720 17.397 (7.897) 15.317 1.465 (2.445) Saldo em 31.12.2015 Adição Reversão Juros+CM Transferência Pagamento 6.851 2.460 (1.779) 340 195 (1.584) 233 636 - 267 - (5) 774 48 (29) 10 7 (449) 7.858 3.144 (1.808) 617 202 (2.033)

A Companhia continua perseguindo seus interesses em todas as ações acima, e constitui provisão para os processos considerados como perdas prováveis.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. um acordo de indenização, através do qual a VALE se comprometeu a indenizar a Log-ln e suas controladas, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações. O saldo dessas contingências totaliza R\$17.998 em 2016 e R\$17.079 em 2015, no consolidado.

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes em 2016 no montante de R\$237.499 no consolidado e R\$188.181 na controladora (em 2015 - R\$154.431 no consolidado e R\$108.499 na controladora), com perdas consideradas possíveis, para os quais, com base nos prognósticos dos advogados, não há provisão constituída. Os principais processos classificados como possíveis são de natureza tributária (R\$95.388) e trabalhista (R\$123.035), consolidados. Dentre o montante de R\$237.499 acima, R\$49.318 estão sob o acordo de indenização mencionado no parágrafo anterior, composto por R\$28.315 mil de natureza tributária, R\$19.148 de natureza trabalhista e R\$1.855 de causas cíveis.

A Companhia e suas controladas possuem, ainda, depósitos judiciais correlacionados às contingências provisionadas. Os depósitos judiciais foram efetuados de acordo com as requisições judiciais, a fim de possibilitar que a Companhia ingresse e/ou continue com as ações legais; são atualizados monetariamente e estão classificados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial dos resgates dos mesmos pelo reclamante, ou pela Log-In e suas controladas em desfecho favorável a essas entidades.

Em 2016 e em 2015, os depósitos judiciais estão assim representados:

		Consolidado	(Controladora
Depósitos judiciais	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Processos trabalhistas	26.359	23.329	17.706	15.784
Processos tributários	21.708	22.398	21.293	22.013
Processos cíveis e outros	2.152	1.554	2.106	1.512
	50.219	47.281	41.105	39.309
Provisão para perdas estimadas com				
resgates de depósitos judiciais	(21.788)	(21.182)	(16.709)	(16.116)
	28.431	26.099	24.396	23.193

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$600.000, o qual está representado por 17.123.552 ações em circulação e 1.218.772 ações em tesouraria, totalizando 18.342.324 em face do grupamento de ações na proporção de 5 para 1, conforme aprovado em AGO/AGE de 28 de abril de 2016 e divulgação de Aviso aos Acionistas em 29 de abril de 2016 (85.617.759 ações em circulação e 6.093.861 ações em tesouraria, totalizando 91.711.620 ações em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, não ocorreram alterações no número de ações da Companhia, exceto em face do grupamento mencionado no parágrafo acima.

Em 2016 e em 2015, o capital social é composto como segue:

	3.	1.12.2016	3.	1.12.2015		
	Quantidade de ações e respectivo percentual		,		Quantidade aç	
Acionista:	ON	%	ON	%		
Alaska Investimentos Ltda.	3.494.220	19,05	-	-		
Fundação Petrobrás de Seguridade Social-PETROS	2.347.059	12,80	11.735.295	12,80		
LAPB Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	-	-	11.316.900	12,34		
Fama Investimentos Ltda.	-	-	8.796.500	9,59		
Arbela Investimentos Ltda.	1.135.780	6,19	5.598.900	6,11		
Trilha Investimentos Ltda.	976.772	5,33	-	-		
Outros Investidores	9.169.721	49,99	48.170.164	52,52		
	17.123.552	93,36	85.617.759	93,36		
Ações em tesouraria	1.218.772	6,64	6.093.861	6,64		
	18.342.324	100,00	91.711.620	100,00		

b) Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias (6.093.861 ações ordinárias, antes do grupamento, conforme mencionado no parágrafo anterior), que correspondem a 6,64% do total de ações ordinárias nominativas da Companhia. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35, por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da BMF&BOVESPA de 30 de dezembro de 2016 é de R\$3.132 (R\$7.374 em 30 de dezembro de 2015).

c) Reserva de incentivos de AFRMM

Nos termos do item III do artigo 18 da Lei nº 11.941/2009, combinado com o artigo 195-A da Lei 6.404/2006, alterada pela Lei 11.648/2007, o montante das subvenções para investimento-AFRMM, concedidas pelo Poder Público como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos (no caso da Companhia: construção de embarcações com recursos do FMM), deverá ser mantido em conta de reservas de lucros, apurada até o limite do lucro líquido do exercício. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação (capitalização, manutenção em reservas para investimentos).

O saldo remanescente das subvenções que não for registrado em reservas de lucros em face da limitação do lucro líquido apurado no exercício, esse deverá ocorrer nos exercícios subsequentes.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e tem por objetivo assegurar a integridade do capital social.

e) Reserva de Investimentos

Esta reserva tem por objetivo cobrir o orçamento de investimentos.

f) Reserva especial

Reserva constituída nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76. Não sendo absorvida por prejuízo em exercícios subsequentes, os valores originários dessa reserva serão distribuídos como dividendos assim que permitir a situação financeira da Companhia.

g) Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício a título de dividendo mínimo obrigatório, após os ajustes necessários consoantes as determinações legais.

20. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Os valores dos prejuízos básicos e diluídos por ação foram calculados conforme seque:

		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos		
acionistas controladores	94.103	(375.285)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação(a)	1,10	(4,38)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo		
do prejuízo básico por ação(*)	85.617.759	85.617.759
(a) Não existem itens ante dilutivos.		

^(*) A quantidade de ações no início e no fim do período se manteve a mesma, não havendo movimentação durante os períodos.

21. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

a) Plano de Matching

Nos termos do Plano de Matching, são elegíveis à premiação os profissionais (diretores e gerentes da Log-ln) que atenderem às seguintes condições: i) trabalharem na Companhia durante o ano de vigência do Plano ocupando posições executivas; ii) fizerem jus ao Programa de Participação nos resultados referentes ao ano vigência do Plano; iii) estiverem ativos e trabalhando na Companhia na data da aquisição das ações; e iv) forem posicionados na matriz de Carreira e Sucessão nos quadrantes "adequados" ou "talento".

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2013, foi aprovado o 6º Plano de Matching para o ciclo 2013/2016, com prazo de adesão em abril de 2013, nas mesmas condições dos Planos anteriores; o 7º e o 8º Planos de Matching, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em abril de 2014 e de 2015, com prazo de adesão em abril de 2014 e de 2015, para os ciclos 2014/2017 e 2015/2018, respectivamente.

Os executivos elegíveis à premiação em ações da Companhia no decorrer do exercício de 2016, cuja quantidade existente em 2016 era de 17.789 ações (324.876 ações em 2015), farão jus, ao final de três anos, ao mesmo número de ações definidas inicialmente, desde que sejam mantidas em sua integralidade sob propriedade dos mesmos em todo o decorrer do período. A liquidação financeira das novas ações será efetuada pela Companhia, sem custo aos executivos.

O plano de remuneração é mensurado periodicamente pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio. O prêmio é pago em dinheiro, ao final de três anos, quando atingido alguns critérios, de acordo com o referido plano. As obrigações do plano são registradas no passivo não circulante em contrapartida ao resultado.

Em 2016 e em 2015, os Programas em vigência são os constantes do quadro abaixo.

					31.12.2016
			PREÇO MÉDIO		TOTAL
PROGRAMA	INÍCIO/TÉRMINO	QTDE AÇÕES	DA AÇÃO* (R\$)	VALOR TOTAL	PROVISIONADO
Programa VII	ABR/14 a MAR/17	5.033	2,8893	14	
Programa VIII	ABR/15 a MAR/18	12.756	2,8893	37	
		17.789		51	36
					i
					31.12.2015
			PREÇO MÉDIO		TOTAL
PROGRAMA	INÍCIO/TÉRMINO	QTDE AÇÕES	DA AÇÃO* (R\$)	VALOR TOTAL	PROVISIONADO
Programa VI	ABR/13 a MAR/16	18.936	1,1190	21	
Programa VII	ABR/14 a MAR/17	85.765	1,1190	96	
Programa VIII	ABR/15 a MAR/18	220.175	1,1190	246	
		324.876		364	143
*Preço médio nos exerc	cícios de 2016 e de 2015.			·	•

b) Plano de incentivo de longo prazo (ILP)

Plano cujo objetivo é reter os diretores e gerentes, mantê-los engajados e incentivar a "visão de dono", comprometendo-os com os resultados de médio e longo prazos, reforçando a cultura de desempenho sustentado.

O ILP tem vigência de 4 (quatro) anos, com concessões anuais a serem realizadas de 2016 a 2019. Estão vinculados ao desempenho individual, ou seja, resultados e competências apurados relativos ao ano anterior à concessão, balizados por faixas referenciais em quantidades de ações no nível de cargo.

O lote de ações concedido tem vesting period de 3 (três) anos e a parcela efetivamente convertida em ações com posse plena ao participante do plano dependerá do desempenho da

Companhia, em termos da cotação das ações na BM&FBOVESPA versus a taxa de CDI do período.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2015, foi aprovado esse Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP). O limite máximo de concessão de ações acumulado para a vigência do programa (quatro anos) é de 4,03% sobre o total de ações emitidas pela Companhia.

22. PLANO COMPLEMENTAR DE APOSENTADORIA - Plano Misto Benefício VALE MAIS

A Companhia proporciona a seus empregados benefícios que englobam plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social-VALIA.

As contribuições da Companhia ao Plano Vale Mais são como segue:

- a) Contribuição ordinária Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, são idênticas à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano (R\$3.756,58 em 2016 e R\$3.462,29 em 2015).
- b) Contribuição extraordinária Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- c) Contribuição normal Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- d) Contribuição Especial Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 18% do salário de participação, e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém, a 9% do salário de participação. O montante das contribuições feitas pela Companhia durante o exercício de 2016, apropriadas no resultado do exercício, foi de R\$1.792 (consolidado R\$2.251). No exercício de 2015 foi de R\$2.649 (consolidado: R\$3.314).

23. COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas de seguros são determinadas e contratadas em bases técnicas, consideradas pela Administração como sendo suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado.

As modalidades / riscos contratados e as respectivas coberturas estão assim relacionadas:

		31.12.2016
	Consolidado	Controladora
P & I (Protection and Indemnity) - danos ambientais	3.258.500	3.258.500
Riscos operacionais e containers arrendados (*)	114.048	114.048
Casco e máquinas (embarcações afretadas a casco nu)	749.455	749.455
Responsabilidade civil (operador portuário / logístico) (*)	81.463	81.463
Lucros cessantes	8.302	-
D&O (Responsabilidade civil diretores e gestores)	70.000	70.000
Shipowners Liability (SOL)	16.293	16.293
Responsabilidade civil (operador portuário / logístico-empregador) (*)	3.259	3.259
Responsabilidade civil (operador portuário / logístico-danos morais) (*)	1.629	1.629
Seguro fiança judicial	14.999	12.014
Transporte - RCTR-C	3.000	3.000
Transporte - RCF-DC	3.000	3.000
Estagiários - Capital Uniforme*	14.000	14.000
Diretores - 20 vezes o salário limitado**	mínimo de R\$ 708 mil e ao máximo de R\$ 1.749 mil	mínimo de R\$ 708 mil e ao máximo de R\$ 1.749 mil
Funcionários - 20 vezes o salário limitado**	mínimo de R\$ 5 mil e ao máximo de R\$ 420 mil	mínimo de R\$ 5 mil e ao máximo de R\$ 420 mil

^{*}Para cada apólice de seguro, existe um limite único para os terminais.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1) Categoria de instrumentos financeiros

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	61.370	25.598	54.107	18.653
Contas a receber de clientes e de partes				
relacionadas	131.525	161.863	104.163	134.290
Contas a receber por alienação de direitos				
contratuais	131.010	-	131.010	-
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	155.123	179.816	155.123	179.816
Seguros a receber	-	972	-	896
Outros	13	344		331
	479.041	368.593	444.403	333.986
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação-hedge bunker				
	479.041	368.593	444.403	333.986
Passivos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Fornecedores	156.048	114.664	140.677	98.806
Partes relacionadas	-	-	27.271	29.632
Financiamentos e empréstimos	1.189.804	1.604.624	1.097.816	1.585.309
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	-	-	350	350
Concessões portuárias a pagar	5.913	6.562		
	1.351.765	1.725.850	1.266.114	1.714.097
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação <i>de swap</i>	94.326	279.466	94.326	212.869
Operação-hedge bunker		6.859		6.859
	94.326	286.325	94.326	219.728
	1.446.091	2.012.175	1.360.440	1.933.825

Segue abaixo a abertura consolidada dos ativos e passivos financeiros por seu valor justo e contábil:

^{**}As garantias de Morte e Morte Acidental se acumulam.

				Consolidado
		31.12.2016		31.12.2015
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	61.370	61.370	25.598	25.598
Contas a receber de clientes e de partes relacionadas	131.525	131.525	161.863	161.863
Contas a receber de clientes por alienação de direitos	131.010	-	-	-
Fundo da Marinha Mercante-AFRMM	155.123	155.123	179.816	179.816
Seguros a receber	-	-	972	972
Outros	13	13	344	344
	479.041	348.031	368.593	368.593
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação-hedge bunker				
	479.041	348.031	368.593	368.593
Passivos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Fornecedores	156.048	156.048	114.664	114.664
Financiamentos e empréstimos	1.192.804	1.192.804	1.604.624	1.604.624
Obrigações com debêntures	42.543	42.543	-	-
Concessões portuárias a pagar	5.913	5.913	6.562	6.562
	1.397.308	1.397.308	1.725.850	1.725.850
Derivativos ao valor justo por meio do resultado:				
Operação-hedge bunker	-	-	6.859	6.859
Operação de swap	94.326	94.326	279.466	279.466
• • •	94.326	94.326	286.325	286.325
	1.491.634	1.491.634	2.012.175	2.012.175

24.2) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos conforme a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poors (S&P).

No quadro a seguir, apresentamos os ratings em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as instituições financeiras com as quais tínhamos operações em aberto em 2016 e em 2015:

	Ratings			
Institução Financeira	Moody´s	S&P		
Banco do Brasil	Ba3	ВВ		
Banco Bradesco	Ba3	ВВ		
Deutsche Bank	A2	BBB+		
Itaú Unibanco	Ba3	ВВ		
Banco Safra	Ba3	ВВ		
Banco Santander	Ba3	ВВ		
Pine	BB+	B1		
Votorantim	Ba3	ВВ		

24.3) Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

a) Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no período social atual.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

b) Risco cambial

A parcela dos financiamentos e operações de *swap* atrelados à moeda externa (Dólar), no montante de R\$381.202 (R\$1.179.982, em 2015), corresponde a 29,6% (62,6% em 2015) da dívida da Companhia; o efeito cambial decorrente é mínimo no vencimento do endividamento no curto e médio e longo prazos.

c) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros relacionada à variação da TJLP, cujo financiamento em 2016 é de R\$462.160 (em 2015 é de R\$450.452).

A Companhia, em de 2016 e em 2015, não tem contratado derivativos para fazer *hedge* contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias a serem adotadas.

d) Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas demonstrando os eventuais impactos no exercício de 2016, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto em 31 de dezembro de 2016 foram as seguintes: dólar 3,34, TJLP 7,5%a.a. e CDI 12,42%a.a..

	Consolidado	<u>Controladora</u>
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	20.315	20.315
.Juros	15.957	15.957
.Variação cambial	4.358	4.358
No resultado financeiro :	56.064	49.236
.Juros	53.285	46.957
.Variação cambial	2.779	2.279

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro abaixo demonstra análise dos vencimentos para os passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2016:

					C	onsolidado
			De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de
	TOTAL	Até 1 mês	meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos
Forncedores	156.048	125.322	6.842	15.918	7.966	-
Financiamentos e empréstimos	1.287.130	8.699	17.396	78.283	700.834	481.918
Obrigações com debêntures	42.543	-	-	-	42.543	-
Concessões portuárias a pagar	5.913	70	210	555	4.175	903
	1.491.634	134.091	24.448	94.756	755.518	482.821
					C	Controladora
			De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de
	TOTAL	Até 1 mês	meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos
Forncedores	140.677	110.816	6.834	15.397	7.630	-
Partes relacionadas	30.840	3.848	-	-	26.992	-
Financiamentos e empréstimos	1.798.178	23.470	46.940	211.229	590.383	926.156
Obrigações com debêntures	42.543	-			42.543	<u> </u>
	2.012.238	138.134	53.774	226.626	667.548	926.156

O quadro abaixo demonstra em detalhes o prazo de vencimento para os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016:

					С	onsolidado
			De 1 a 3	De 3 meses	De 1 ano	Mais de
	TOTAL	Até 1 mês	meses	a 1 ano	a 5 anos	5 anos
Caixa e bancos	14.481	14.481	-	-	-	-
Aplicações financeiras	46.889	46.889	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	114.776	98.503	6.277	9.996	-	-
	176.146	159.873	6.277	9.996		-
					Со	ntroladora
			De 1 a 3	De 3 meses	Co De 1 ano	ntroladora Mais de
	TOTAL	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano		
Caixa e bancos		Até 1 mês 7.461			De 1 ano	Mais de
Caixa e bancos Aplicações financeiras			meses		De 1 ano	Mais de
	7.461	7.461	meses		De 1 ano	Mais de
Aplicações financeiras	7.461 46.646	7.461 46.646	meses - -	a 1 ano - -	De 1 ano	Mais de

f) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral permanece inalterada desde 2015.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa) e o patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e participação de não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 19).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

a) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

h) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros na data-base 31 de dezembro de 2016 utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que consideram julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos.

Para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros, a Administração utilizou as seguintes premissas:

- <u>Financiamentos, operações de swap e empréstimos</u> Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES e outras instituições financeiras, e parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado se aproxima de seu valor justo.
- i) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o exercício de 2016 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações previstas para 31 de dezembro de 2016: dólar 3,34, TJLP 7,5%, e CDI 12,42%a.a.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários na Companhia no exercício de 2016 seriam os seguintes:

			Consolidado
	Cenário	Cenário I	Cenário II
	base	25%	50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	20.495	67.842	115.349
.Juros	15.957	18.506	21.035
.Variação cambial	4.538	49.336	94.314
No resultado financeiro :	56.064	96.859	137.499
.Juros	53.285	65.396	77.352
.Variação cambial	2.779	31.463	60.147
			Controladora
	Cenário	Cenário I	Cenário II
	base	25%	50%
Em imobilizações em curso, com capitalização de:	20.315	67.842	115.349
.Juros	15.957	18.506	21.035
.Variação cambial	4.358	49.336	94.314
No resultado financeiro :	49.410	88.607	127.671
		57.144	
Juros	46.631	_	67.524
.Variação cambial	2.779	31.463	60.147

24.4) Derivativos

Conforme norma interna da Companhia, a contratação de operações com derivativos tem como objetivo adequar a exposição da empresa aos riscos relacionados a preços de commodities, preços de energia, taxas de juros, moedas, ações e crédito, quando existentes, de forma consistente com o seu planejamento estratégico. As operações contratadas visam constituir uma carteira de derivativos que, em conjunto com os ativos e passivos a serem protegidos, proporcionem uma maior estabilidade ao fluxo de caixa e rentabilidade da empresa frente à volatilidade dos preços e taxas relacionados.

São vedadas pela norma interna da Log-In operações de aposta em tendências, devendo ter como limite máximo de comprometimento o volume dos ativos ou passivos aos quais a Companhia está exposta.

A estratégia das operações com derivativos é periodicamente revisada pela Administração e a contratação de *hedge* aprovada pela mesma.

No decorrer do exercício de 2016, tendo em vista as perspectivas do cenário macroeconômico, a Companhia contratou operações com derivativos através de instrumento a termo de combustível (ativo *bunker*, referência US Gulf Coast Fuel Oil nº 6 3.0%), mais especificamente, se comprometendo com a contraparte, a liquidar a sua posição, dado o preço médio de fechamento do ativo subjacente. Como resultado, caso o preço do *bunker*, na data de liquidação, seja inferior ao estipulado no contrato, haverá ajuste negativo para a Companhia. Se o preço de liquidação estiver mais alto, a perda será realizada pela ponta vendedora. As operações tiveram como objetivo minimizar o risco de eventuais aumentos do preço do combustível utilizado pelas embarcações da Companhia, dado um percentual do volume de combustível previsto a ser consumido pela Log-In, no ano de 2016.

"Platt's Oilgram Price Report" é a plataforma de referência de negociação do ativo. O preço é variável a cada período de negociação, sendo formado pela média aritmética não ponderada dos preços de referência da commodity, calculado de forma mensal, desde a data da contratação, até a data do vencimento da operação. A liquidação financeira se dá até o quinto dia útil do mês subsequente.

Todas as operações de derivativos foram apresentadas no balanço, na rubrica outros ativos circulantes, de acordo com o valor de mercado e os ganhos ou perdas foram devidamente contabilizados no resultado do período. No decorrer do exercício de 2016 todos os contratos de operações com derivativos de *hedge bunker* foram liquidados, não havendo posição em aberto na data de 31 de dezembro de 2016.

Os valores de mercado (nível 1) dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos a seguir:

Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Valor de Referência (nocional)		Valo	r Justo	Efeito acumulado em 31.12.2016 em receitas (despesas) financeiras		
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016 Ativo	31.12.2016 Passivo	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	
Contratos Futuros:							
Compromissos de compra							
Hedge Bunker (1)	-	R\$ 16.158	-	•	•	(R\$ 1.324)	

⁽¹⁾ Referente 16.544 t/Abr.2016.

Em 31 dezembro de 2015:

Descrição	Valor de Referência (nocional)		Valo	r Justo	Efeito acumulado em 31.12.2015 em receitas (despesas) financeiras	
	31.12.205	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2015	Valor a	Valor a
			Ativo	Passivo	receber/recebido	pagar/pago
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra						
Hedge Bunker (1)	R\$ 16.158	R\$ 33.346	-	R\$ 6.949	R\$ 256	(R\$ 16.992)

⁽¹⁾ Referente a 15.944 t/J an.2016; 15.585 t/Fev.2016; 16.633 t/Mar.2016; 16.544 t/Abr.2016.

Na preparação dos quadros, a Administração da Companhia definiu que, para o cenário provável devem ser consideradas as curvas utilizadas para a marcação a mercado dos instrumentos financeiros, válidas em 31 de dezembro de 2016. Estas curvas representam a melhor estimativa para o comportamento futuro dos preços destes e representam o valor pelo qual as posições poderiam ser liquidadas no vencimento; no entanto, não há operações em aberto na ddata de 31 de dezembro de 2016.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
OPERAÇÃO	RISCO	CENÁRIO PROVÁVEL	CENÁRIO POSSÍVEL	CENÁRIO REMOTO	
Compra futura	Redução preço do bunker	-	-	-	

Nos quadros acima estão demonstrados a análise de sensibilidade de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2016.

Os cenários definidos nesta análise foram:

Cenário provável: foram consideradas as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2016.

<u>Cenário possível</u>: com deterioração de 25% do preço do *bunker* considerando uma redução de 25% nas curvas de mercado de preço de *bunker*, utilizadas para apreçamento dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos.

<u>Cenário remoto</u>: com deterioração de 50% do preço do *bunker* considerando uma redução de 50% nas curvas de mercado de preço de *bunker*, utilizadas para apreçamento dos instrumentos no cenário provável, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos.

Os instrumentos financeiros oram avaliados calculando o seu valor de mercado por meio da utilização das curvas de mercado, em 31 de dezembro de 2016. No entanto, as posições estão todas zeradas na data de 31 de dezembro de 2016.

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição às instituições financeiras são aprovados pela Administração. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia definida em norma interna da Log-In. Na data de 31 de dezembro de 2016, não há operações em aberto; no entanto, as Instituições com as quais a Companhia manteve operações em aberto no decorrer de 2016 foram: Morgan Stanley Capital Group Inc. e Barclays Bank PLC.

24.5) Contratos de Swap – Proteção do empréstimo em Dólar com taxa em percentual do CDI

Contratos de Swap - com o objetivo de proteção à exposição cambial gerada pelo principal da Cédula de Crédito Bancária - Repasse de Recursos Captados no Exterior, via Resolução 4.131/62 (item d) da nota 13), a Companhia contratou (i) em setembro de 2011 e em 30 de dezembro de 2014 operações de swap com pontas ativas em dólar (US\$22,000 e US\$6,000, de valor nocional, respectivamente), à taxa de 4,12% a.a. e de 4,65%, e passivas em CDI, às taxa de 112% e de 110,20%, com vencimento em 18 de agosto de 2015 e em 26 de novembro de 2019, respectivamente; (ii) em 23 de agosto de 2013, operação de swap com ponta ativa em dólar (US\$12,000 de valor nocional), à taxa de 4,11% a.a., e passiva em CDI, à taxa de 119%, com vencimento para 23 de agosto de 2016; (iii) em 23 de dezembro de 2013, operação de swap com ponta ativa em dólar (US\$15,000 de valor nocional), à taxa de 4,0%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 120%, com vencimento para 23 de dezembro de 2016; (iv) em 28 de janeiro de 2014, operação de swap com ponta ativa em dólar (US\$6,184 de valor nocional), à taxa de 4,15%a.a., e passiva em CDI, à taxa de 120%, com vencimento para 30 de janeiro de 2017; e (v) em 16 de junho de 2014, operação de swap com ponta ativa em dólar (US\$30,000 de valor nocional) à taxa de 3.60% a.a., e passiva em CDI, à taxa de 118,4%, com vencimento para 16 de junho de 2017. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e swap ocorrerão exatamente nas mesmas datas. A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de swap, em base líquida, caso necessário, e fará essas liquidações simultaneamente nos respectivos vencimentos, conforme previsto nos contratos.

Dessa forma o instrumento financeiro e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro sintético e seus efeitos estão apresentados no balanço patrimonial e no resultado financeiro líquido da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que esses fluxos de caixa estarão expostos.

O cálculo de valor de mercado desse instrumento financeiro considera a dívida com encargos financeiros correspondente a uma taxa média de 119,6% do CDI, cujo efeito líquido nas despesas financeiras no exercício de 2016 foi de R\$34.329 no consolidado e de R\$27.034 na controladora (no exercício de 2015 foi de R\$41.123 no Consolidado e de R\$28.480 na Controladora).

Exceto o contrato de operação 4.131 Swap Banco Santander, todos os demais contratos foram liquidados no decorrer do terceiro trimestre de 2016, em face das operações de reperfilamento da dívida objeto dos Fatos Relevantes divulgado em 6 de maio e em 1 de agosto de 2016.

Os contratos em aberto de *swap* com vencimento em agosto de 2015, em agosto e dezembro de 2016 em em maio de 2017 foram celebrados com contrapartes representadas pelo Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco HSBC, Votorantim Banco Santander (Brasil) e estão assim compostos:

							С	onsolidado	
				Taxa					
	Valor princ	•	Índice	média		/alor justo	Perda/Ganho		
Descrição	31.12.2016	31.12.2015			31.12.2016 3	1.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
Contrato de Swap BB (1):									
Ponta ativo									
Posição comprada dólar	-	60.613	US\$+	4,5%	62.061	62.061	<u> </u>	-	
Ponta passiva:									
Taxa pós fixada									
Posição vendida CDI	<u> </u>	44.627	CDI	111,5%	35.013	35.013	(5.412)	(6.441)	
Contrato de Swap Itaú (1):									
Ponta ativo									
Posição comprada dólar	-	95.358	US\$+	3,3%	95.544	95.544	-	-	
Ponta passiva:									
Taxa pós fixada									
Posição vendida CDI	<u> </u>	75.087	CDI	126,1%	78.611	78.611	(5.917)	(15.590)	
Contrato de Swap HSBC (1):								
Ponta ativo	,								
Posição comprada dólar		107.502	US\$+	3,60%	108.519	108.519		-	
Ponta passiva:									
Taxa pós fixada									
Posição vendida CDI	<u>-</u>	61.896	CDI	118,4%	63.905	63.905	(6.168)	(8.812)	
Contrato de Swap Votorantir	n (1):								
Ponta ativo	,, (, / ,								
	<u>-</u>	29.447	US\$+	4,9%	30.125	30.125		-	
Ponta passiva:									
Taxa pós fixada									
Posição vendida CDI	<u>-</u>	20.164	CDI	130,0%	20.636	20.636	(2.121)	(2.012)	
Contrato de Swap Santande	r (1)·								
Ponta ativo	(1).								
	-	94.889	US\$+	4,7%	-	97.170		-	
Ponta passiva:									
Taxa pós fixada									
	-	77.787	CDI	122 0%	-	80.718	(5.591)	(8.268)	
- Osição veridida obr		11.101	ODI	122,070		00.7 10	(0.001)	(0.200)	
Contrato de Swap Santande	r (1):								
Ponta ativo									
Posição comprada dólar	79.366	-	US\$+	4,7%	82.869	-		-	
Ponta passiva:									
Taxa pós fixada									
Posição vendida CDI	94.049	-	CDI	122,0%	101.384		(9.030)	-	

Aa operações de "sw ap" financeiras consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

							(Controladora
			f 11	Taxa			D 1 (0	
	Valor prii 31.12.2016	31.12.2015	Índice	média	21 12 2016	Valor justo 31.12.2015		ho realizado
Descrição	31.12.2016	31.12.2015			31.12.2016	31.12.2013	31.12.2010	31.12.2013
Contrato de <i>Swap BB</i> (1): Ponta ativo Posição comprada dólar	<u>-</u>	60.613	US\$+	4,5%		62.061		
Ponta passiva: Taxa pós fixada Posição vendida CDI	 .	44.627	CDI	111,5%		32.013	(5.412)	(6.441)
Contrato de Swap Itaú (1) Ponta ativo Posição comprada dólar	: 	37.960	US\$ +	3,50%		38.391		<u> </u>
Ponta passiva: Taxa pós fixada Posição vendida CDI	<u>-</u>	28.659	CDI	117,0%		29.245	(743)	(4.959)
Contrato de <i>Swap HSBC</i> (Ponta ativo Posição comprada dólar		107.502	US\$ +	3,60%		108.519		<u>-</u>
Ponta passiva: Taxa pós fixada Posição vendida CDI	<u>-</u>	61.896	CDI	118,4%		63.905	(6.198)	(8.812)
Contrato de Swap Santand Ponta ativo Posição comprada dólar		94.889	US\$ +	4,7%		97.170		
Ponta passiva: Taxa pós fixada Posição vendida CDI	<u> </u>	77.787	CDI	122,0%		80.718	(5.591)	(8.268)
Contrato de <i>Swap Santand</i> Ponta ativo Posição comprada dólar	er (1): 79.366		US\$+	4,7%	80.869			<u>-</u> _
Ponta passiva: Taxa pós fixada Posição vendida CDI	94.049		CDI	122,0%	101.384		(9.030)	<u>-</u>

⁽¹⁾ Aa operações de "sw ap" financeiras consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio. Os cenários possível e remoto consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (R\$3,91/US\$1,00) e de 50% (R\$4,69/US\$1,00), respectivamente. Os cenários provável, possível e remoto estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

A análise de sensibilidade está demonstrada no quadro abaixo:

		<u> </u>		Consolidado
		CI	ENÁ RIOS	
OPERAÇÃO	RISCO	PROVÁVEL	POSSIVEL	REMOTO
Sw ap Santander	Alta do dólar	R\$ 3.833	R\$ 4.791	R\$ 5.749
				Controladora
		CENÁ RIOS		
OPERAÇÃO	RISCO	PROVÁVEL	POSSIVEL	REMOTO
Sw ap Santander	Alta do dólar	R\$ 3.833	R\$ 4.791	R\$ 5.749

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida registrada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 2016 e em 2015:

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Receita operacional bruta	872.294	1.003.788	738.180	843.643
Receita de fretes:	687.769	780.476	687.769	780.476
Mercado interno	575.137	766.718	575.137	766.718
Mercado interno - reclassificado para resultado mensurado com ativos não circulantes (bens)				
alienado	(152.516)	(172.023)	(152.516)	(172.023)
Mercado externo	265.148	185.781 [°]	265.148	185.781
Receita de serviços:	184.525	223.312	50.411	63.167
Mercado interno	66.657	120.076	29.451	43.997
Mercado externo	117.868	103.236	20.960	19.170
Impostos sobre vendas Impostos sobre vendas - reclassificado para resultado mensurado com ativos não circulantes (bens)	(90.162)	(121.379)	(79.789)	(108.819)
alienado	11.899	12.280	11.899	12.280
	(78.263)	(109.099)	(67.890)	(96.539)
Receita operacional líquida	794.031	894.689	670.290	747.104

26. CUSTO DOS FRETES E SERVIÇOS

Os custos dos fretes e serviços prestados referentes aos exercícios findos em findos em 2016 e em 2015 estão assim representados:

_		Consolidado		Controladora
_	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal e encargos	(78.379)	(75.072)	(53.571)	(48.416)
Benefícios	(23.449)	(22.356)	(15.338)	(14.225)
Material	(10.726)	(12.619)	(8.406)	(8.977)
Óleo combustível e gases	(65.641)	(91.305)	(63.918)	(89.282)
Afretamento, locações e arrendamento :				
.com transportes graneis e containers	(108.195)	(129.322)	(95.048)	(122.119)
.com transportes veículos Mercosul	(143.439)	(114.442)	(143.439)	(114.442)
Serviços contratados	(335.768)	(406.217)	(306.049)	(378.198)
Custos de fretes e serviços reclassificados				
para resultado mensurado com ativos não				
circulante mantidos para venda	71.154	87.761	71.154	87.761
Depreciação e amortização	(71.879)	(57.559)	(49.983)	(37.271)
Depreciação e amortização-reclassificado				
para resultado mensurado com ativos não				
circulante mantidos para venda	15.661	9.255	15.661	9.255
Outros	(47.380)	(50.965)	(36.138)	(31.492)
_	(798.041)	(862.841)	(685.075)	(747.406)

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS RECONHECIDAS NA DEMONST RAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas (despesas) operacionais reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

		Consolidado		Controladora
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Administrativas e comerciais - despesas:				
Pessoal, encargos sociais e benefícios	(36.193)	(37.725)	(33.498)	(35.222)
Despesas de depreciação e amortização	(12.930)	(12.274)	(12.914)	(12.227)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(6.952)	(605)	(6.242)	1.102
Locações, consultoria, serviços públicos e marketing/comunicação	(13.071)	(8.992)	(12.350)	(8.179)
Serviços contratados e outros	(4.524)	(3.424)	(3.862)	(2.605)
Materiais de consumo	(290)	(448)	(290)	(293)
Provisões para despesas administrativas	(1.476)	(2.175)	(1.398)	(2.175)
Despesas administrativas reclassificadas para resultado mensurado				
com ativos não circulantes mantidos para venda	1.160	1.115	1.160	1.115
•	(74.276)	(64.528)	(69.394)	(58.484)
Reversão (constituição) de provisões para contingências	(9.500)	824	(1.336)	2.586
Receita com (provisão) subvenção-AFRMM aplicados	15.153	35.208	15.153	35.208
Parcela subenção AFRMM reclassificada para resultado mensurado				
com ativos não circulantes mantidos para venda	(4.987)	(4.903)	(4.987)	(4.903)
Recuperação de créditos fiscais	6.823	-	6.823	-
Resultado líquido proveniente de alienação de ativos não circulantes (bens)	234.575	-	234.575	-
Outras receitas (despesas), líquido	1.226	1.077	(2.111)	(4.705)
Provisão para perdas em contas a receber com construção naval	(30.431)	-	(30.431)	-
Provisões para perdas estimadas com recebíveis	(17.466)	-	(704)	-
Reversão de provisão para despesas administrativas	737	-	737	-
Baixa de ativo fixo (investimentos em terminais portuários)	(22.787)	-	(22.309)	-
Reversão de provisão para "impairment"	22.029	-	22.029	-
Participação nos lucros de controladas e coligada			(36.298)	14.767
•	121.096	(32.322)	111.747	(15.531)

28. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.964	1.711	1.881	1.571
Ganhos com operações de swap	67.406	171.123	53.807	117.977
Operações com derivativos de hedge bunker	-	256	-	256
Juros e comissões	437	626	404	502
Juros diferidos sobre alienação de bens	373	540	373	540
Outras	32	(138)	30	(143)
	70.212	174.118	56.495	120.703
Variações monetárias e cambiais	14.589	8.997	11.069	5.438
	84.801	183.115	67.564	126.141
Despesas financeiras:				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(94.610)	(64.190)	(86.252)	(62.802)
Encargos com operações de swap	(159.138)	(95.539)	(128.729)	(58.041)
Encargos com operações de debêntures	(1.298)	-	(1.298)	-
Encargos sobre empréstimos (mútuo) com partes relacionadss	-	-	(2.122)	(4.108)
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(17.437)	(2.827)	(15.935)	(2.713)
Juros de contingências (trabahistas, cíveis e fiscais)	(15.237)	(1.645)	(537)	(930)
Operações com derivativos de hedge bunker	(1.324)	(16.992)	(1.324)	(16.992)
Juros e comissões	(23.698)	(10.002)	(17.129)	(8.143)
Outras	(4.716)	(1.989)	(9.287)	(2.046)
	(317.458)	(193.184)	(262.613)	(155.775)
Variações monetárias e cambiais	203.554	(399.553)	198.720	(371.285)
	(113.904)	(592.737)	(63.893)	(527.060)
Resultado financeiro líquido	(29.103)	(409.622)	3.671	(400.919)
As variações monetárias e cambiais são assim representadas:				
Variações monetárias e cambiais ativas	14.589	8.997	11.069	5.438
Variações monetárias e cambiais passívas	203.554	(399.553)	(198.720)	(371.285)
	218.143	(390.556)	209.789	(365.847)

29. REESTRUTURAÇÃO DE FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

A Log-In comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que chegou a entendimentos para reestruturação de suas dívidas financeiras com suas instituições bancárias credoras em conjunto, denominados "credores aderentes", conforme Fatos Relevantes divulgados pela Companhia nas datas de 6 de maio de 2016 em 1 de agosto de 2016. Adicionalmente, a Companhia também obteve junto às instituições financeiras Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., a dispensa do cumprimento de cláusulas de desempenho financeiro relativo ao exercício social de 2016, quais sejam: *índice de cobertura da dívida não inferior a 1,3 e índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) maior ou igual a 25%.*

O saldo de financiamentos, em 31 de dezembro de 2016, de R\$ 449.005 mil da Log-In e da sua Controlada TVV – Terminal de Vila Velha S/A ("TVV") para com os Credores Aderentes está totalmente repactuado, passando a contar com um prazo total de 60 (sessenta) meses, com 24 meses (vinte e quatro) de carência do principal e amortização de 80% em 36 (trinta e seis) parcelas mensais após a carência e 20% no 60º (sexagésimo) mês. As taxas de juros se mantiveram em linha com os custos médios de captação da Companhia nos últimos 12 meses. Estes financiamentos passam a ser garantidos por 49,9% das ações de emissão do TVV e de titularidade da Log-In, garantia esta compartilhada, em igualdades de condições e proporcionalmente aos financiamentos de cada banco, pelos Credores Aderentes.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES – Recuperação de indébitos de contribuições PIS/CONFINS

A Companhia e sua controlada TVV-Terminal de Vila Velha S.A. vem realizando estudos e análises sobre os efeitos tributários incidentes sobre suas operações, notadamente no que tange aos tributos PIS/COFINS sobre a incidência ou não sobre as receitas de serviços prestados por ambas para pessoas jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, tanto quanto os prestados diretamente e/ou os prestados indiretamente a essas pessoas jurídicas – Clientes - através de representantes e agentes das mesmas no país, para os últimos dez anos passíveis de recuperação.

- De forma preventiva, e por meio de medidas judiciais (mandado de segurança e ação ordinária), a Companhia e sua controlada buscam a declaração da não incidência das contribuições para o PIS e a COFINS sobre os faturamentos (considerados como exportação de serviços) efetuados contra aquelas pessoas jurídicas residentes ou domiciliados no exterior, e pedido de declaração do direito de compensar o indébito gerado pelos pagamentos (recolhimentos) dos tributos efetuados nos últimos dez anos.
- Em consequência das medidas judiciais implementadas (mandado de segurança), em 25 de agosto de 2015, o processo sobre as contribuições da Log-In foi encerrado, com o trânsito em julgado que acolheu a tese da Companhia; a controlada TVV obteve em decisão proferida em 22 de agosto de 2012, seguindo o entendimento majoritário dos tribunais, favorável aos contribuintes, o acolhimento pelo judiciário de seu pedido pelo reconhecimento da não incidência dessas referidas contribuições, permitindo ao mesmo recuperar os valores recolhidos nos períodos de dez (10) anos anteriores ao ajuizamento da ação, e está no aguardo da remessa dos recursos interpostos pela União Federal para análise e julgamento dos tribunais (STF e STJ). Após decisão acerca dos recursos, a Companhia e sua controlada farão jus à sistemática de compensação dos valores recolhidos no período posterior aos anos de 1994 (Log-In) e ao de 1998 (TVV), cujo levantamento inicial consolidado é estimado em cerca de R\$74,9 milhões atualizados até 31 de dezembro de 2016.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES – Aumento de capital via subscrição de bônus

Em 01 de março de 2017, foi divulgado Aviso aos Acionistas informando que em razão do exercício de 4.829.384 bônus de subscrição da Companhia, foi homologado em Reunião do Conselho da Administração, o aumento de capital no montante de R\$ 24.037.764,05, mediante a emissão de 5.014.703 ações ordinárias.

O capital social, atualmente no valor de R\$ 600.000.000,00, dividido em 18.342.324 ações ordinárias passa a ser de R\$ 624.037.764,05, dividido em 23.357.027 ações ordinárias.

Conforme informado nos Fatos Relevantes de 16 de setembro de 2016 e de 09 de dezembro de 2016, o preço de exercício dos bônus de subscrição é de R\$ 4,80 por ação, que corresponde à média ponderada por volume da negociação da ação LOGN3 nos 45 pregões anteriores à convocação da Assembleia Geral Extraordinária de 17 de agosto de 2016, na qual foi deliberada a 1ª emissão de debêntures da companhia.

As ações emitidas em decorrência do aumento de capital são idênticas e têm os mesmo direitos que as ações ordinárias de emissão da companhia já existentes e participarão de forma integral da distribuição de quaisquer proventos que vierem a ser declarados, conforme disposto do Estatuto Social e nos termos da regulamentação aplicável.

	IO SOUZA CAUDURO sidente e de RI
CLEBER CORDEIRO LUCAS Diretor	MAURICIO TROMPOWSKY COSTA RAMOS Diretor
ÊNIO STEIN JÚNIOR Diretor	MÁRCIO ARANY DA CRUZ MARTINS Diretor
JOAQUIM SANCHES NETO Contador - CRC.RJ 035.481/O-6	-